



Textos para Discussão III

O IMPÉRIO CONTRA-ATACA

César Bolaño

Aracaju, fevereiro de 2002

www.eptic.com.br

Universidade Federal de Sergipe – Av. Marechal Rondon, s/n. Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos. Jardim Rosa Elze.

49100-000 – São Cristóvão/Sergipe

Observatório de Comunicação - Departamento de Economia

Núcleo de Pós-Graduação em Economia

tel: 212-6775/6776

e-mail: epitic@epitic.br

O IMPÉRIO CONTRA-ATACA

César Ricardo Siqueira Bolaño
bolano@ufs.br

Em 1997, publiquei, na revista latino-americana *Nueva Sociedad* (Bolaño, 1997), um pequeno ensaio intitulado *Cênese da Esfera Pública Global*, onde defendia que a globalização deve ser entendida, de um ponto de vista estrutural, como a forma atual de um processo mais antigo de transformações profundas do capitalismo em nível mundial, no interior do qual os aspectos econômicos, ligados à expansão do capital financeiro internacional e de transnacionalização do capital produtivo, articulam-se a outros de ordem política e cultural, concentrando-me na análise da questão da possível gênese de uma Esfera Pública Global, elemento chave para a eventual constituição de um Estado Global capitalista. Observava, em especial, que, se a resposta a essa questão for afirmativa, a nova esfera pública global guarda traços de semelhança fundamentais com a esfera pública burguesa do capitalismo liberal, ainda que, para o grosso da população mundial, continue vigindo o paradigma da velha indústria cultural monopolista e da cultura de massa. O artigo fazia parte de uma reflexão mais ampla sobre a reestruturação do capitalismo, sobre a qual formulara, em texto publicado também na revista *Nueva Sociedad* em 1995, uma hipótese, que fui desenvolvendo posteriormente em outros trabalhos (especialmente em Bolaño, 1997 b, 2001, 2001 b) e está no centro de minhas preocupações atuais, sobre a subsunção do trabalho intelectual e a intelectualização geral dos processos de trabalho, apontando para a necessidade de uma crítica da economia política do conhecimento. O tema da gênese da esfera pública global, no entanto, ficou até o momento esquecido.

Dois eventos me levaram a retomar aquela discussão agora: a publicação, este ano, no país, do livro *Império*, de Antonio Negri e Michael Hardt, lançado nos EUA no ano passado e que vem tendo uma importante repercussão entre a intelectualidade de esquerda europeia e americana, e o atentado terrorista de 11 de setembro de 2001 ao Pentágono e às torres gêmeas do *World Trade Center*, em Nova Iorque, questionando, naturalmente, todas as teorias que pretendem explicar aquela reestruturação e o mundo atual. Assim, contrariando a visão de muitos daqueles que defendem o chamado “paradigma da virtualidade”, o que nós sofremos nos EUA foi um tremendo choque de realidade, mostrando, por exemplo, que o Império tem um centro, que esse centro é vulnerável e que a História não acabou.

O que me interessa neste texto é discutir o livro de Negri e Hardt e suas coincidências com as hipóteses defendidas por mim anteriormente, não, claro, para reivindicar alguma anterioridade – não se trata disso –, mas para, explicitando também as divergências, esclarecer alguns pontos que considero importantes para entendermos o capitalismo do século XXI, suas contradições e as perspectivas libertadoras que elas abrem. Na primeira parte, reproduzirei basicamente o texto de 1997, introduzindo algumas notas de rodapé para explicitar aspectos específicos de divergência ou concordância com a perspectiva de Negri e Hardt, ou para esclarecer e complementar os argumentos apresentados naquele pequeno ensaio. Na segunda parte, apresentarei uma resenha do livro em questão, na qual as notas de rodapé terão também um papel não simplesmente acessório, mas de diálogo e esclarecimento sobre pontos importantes para a compreensão do conjunto. Esta foi a forma que se insinuou como a mais adequada à explicitação dos pontos de contato e de separação que formam o conteúdo básico deste artigo, o que significa que o mesmo não pode ser devidamente apreciado sem a leitura das notas de

rodapé. Somente nas considerações finais, voltarei brevemente ao tema, entre outros, do fundamentalismo, do Islã e do segundo evento citado.

A Gênese da Esfera Pública Global

O termo globalização só pode adquirir um sentido correto para descrever a atual situação do capitalismo quando entendido como o ponto culminante de um longo processo de mudanças estruturais que transformaram profundamente, num sentido não meramente quantitativo, o sistema social no seu conjunto. O primeiro aspecto da globalização é a existência de um sistema financeiro internacional funcionando essencialmente fora do controle dos estados nacionais. Ao final da segunda guerra mundial, os países vencedores chegam a um consenso em matéria de geopolítica e economia, que se traduziu, entre outras coisas, no mundo capitalista, no direcionamento de importantes fluxos de capital dos Estados Unidos para outros países, primeiro sob a forma de ajuda financeira e, depois, de investimento direto, permitindo o crescimento, mas gerando um excesso de liquidez no mercado internacional, que aparece como problema já ao final dos anos 60 e sobretudo nos anos 70, com o fenômeno dos eurodólares e, depois, dos petrodólares.

A conseqüência mais óbvia da existência dessa massa monetária que circula em nível mundial, crescentemente fora do controle das autoridades monetárias nacionais, foi o endividamento externo dos países do chamado terceiro mundo que levou à *débâcle* geral de 1982 e tudo o que se seguiu. Seja como for, o modo de regulação do sistema mundial definido ao final da segunda guerra funcionou muito bem durante 30 anos, promovendo um crescimento ininterrupto como nunca se havia visto antes. Algo aliás, completamente inesperado pois, durante todo o longo período que vai da primeira até a segunda guerra mundial, a expectativa da maioria dos analistas era de fim do capitalismo, dado o grau de crise e de decomposição que o sistema havia atingido. A partir de 1945, entretanto, todas as nuvens se dissipam e inicia-se um processo de expansão inusitado, baseado numa determinada estrutura da economia mundial, entre cujas características figuram os déficits do balanço de pagamentos dos Estados Unidos que, nos anos 70, dado o profundo desgaste da hegemonia do dólar, serão obrigados a decretar o fim da conversibilidade da sua moeda, o que significava uma ruptura fundamental do pacto global do pós 1945.

Ao final da década, e sobretudo durante a administração Ronald Reagan, visando conter os movimentos contra o dólar, uma série de medidas serão tomadas que levarão, entre outras coisas, ao aumento das taxas de juros internacionais, obrigando os países endividados do terceiro mundo a arcar com o ônus principal da crise naquele momento, uma crise cuja característica mais importante é justamente a existência dessa massa de capital fictício que se movimenta fora do controle das autoridades monetárias internacionais, inclusive aquelas dos próprios Estados Unidos. Mas a crise não consegue enxugar esse excesso de liquidez que continua sendo hoje, o elemento perturbador fundamental do funcionamento do conjunto da economia mundial, na medida em que o volume de capital-dinheiro implicado é brutal se comparado ao produto dos estados nacionais particulares, especialmente os mais pobres, que se vêm de tempos em tempos, diante de situações de impacto como aquela que provocou a crise do México de 1995, dos tigres asiáticos de 1997, da Rússia de 1998 ou do Brasil de 1999.

O segundo aspecto da globalização é o do sistema produtivo, resultado também de um processo histórico cujas origens próximas estão na crise do modelo de desenvolvimento do pós-guerra. O fato é que, a partir dos anos 70, a expansão das operações das empresas chamadas transnacionais foi conduzindo a uma situação em que elas deixam de ter uma base de operação nacional, como no passado, adquirindo a capacidade de espalhar as suas plantas produtivas nos

diferentes países, fugindo também, dessa forma, ao controle da política econômica interna de cada um deles, ao procurar evidentemente aqueles espaços onde possam ter maiores vantagens comparativas, sobretudo do ponto de vista das facilidades que a política econômica local lhes dá. Tudo isso, evidentemente, fragiliza também o Estado diante dos interesses do capital internacional, neste caso do capital produtivo, fazendo com que a capacidade de definição de uma política nacional autônoma seja cada vez mais limitada, principalmente numa situação de crise do Estado, ela própria também consequência da crise econômica cuja raiz está no esgotamento do padrão de desenvolvimento que presidiu a expansão do pós-guerra, baseado numa matriz tecnológica definida pela segunda revolução industrial e seus desdobramentos, sob a égide da expansão dos setores de bens de consumo duráveis, com um modelo de endividamento generalizado e o desenvolvimento da publicidade e dos sistemas de comunicação de massa (Bolaño, 2000).¹

Durante o período do pós-guerra, o rápido crescimento de todos os setores abria possibilidades de distribuição de renda importantes porque havia uma sobra de capital que podia ser apropriada pelo Estado através da política fiscal para realizar uma política de *Welfare State*, ao menos nos países desenvolvidos. Esse é um período de avanço dos sindicatos e partidos de massa, um período em que os trabalhadores vão ter acesso a um padrão de consumo superior, em que as políticas públicas permitirão um processo de crescimento com um nível de emprego elevadíssimo. Tudo isso vem por água abaixo no momento em que a crise econômica se instala e as condições de financiamento do Estado do Bem Estar Social são rompidas.

No sistema capitalista, o Estado é um garantidor das condições gerais necessárias ao processo de desenvolvimento que o capital individual não tem capacidade de suprir. O Estado produz as condições externas necessárias à acumulação. Esta é a preocupação central da política econômica em países capitalistas. Para que ele cumpra essa função, deve garantir também a sua própria legitimidade diante da população, através de uma política social que atenda aos interesses

¹ Para uma discussão sobre o significado das três revoluções industriais, as características do novo padrão de desenvolvimento e a importância das tecnologias da informação e da comunicação e da economia do conhecimento, vide Bolaño (2001 e 2001 b). Cabe ressaltar, por outro lado, que se a crise da hegemonia norte-americana, nos anos 70, é uma das marcas da primeira fase da crise longa de reestruturação capitalista, isto é, daquele padrão de desenvolvimento que marcou o período de expansão anterior. A retomada da hegemonia americana na década seguinte, acima referida, por sua vez, não se limitará à reconstituição da centralidade do dólar, mas, nas condições da política armamentista do governo Reagan, se traduzirá também, no plano político e militar, numa crescente submissão dos aliados ao comando dos EUA, eliminando, por exemplo, qualquer possibilidade de diálogo autônomo da Europa com a URSS, como ficou patente no caso do fracasso das negociações em torno da construção do gasoduto trans-siberiano. Assim, a partir dos anos 80, os EUA passarão por uma longa prosperidade, deslocando a crise para fora de suas fronteiras, especialmente, num primeiro momento, para os países endividados do terceiro mundo e, em seguida, para a URSS e o leste europeu, cujo sistema econômico acaba por desmoronar ao final da década. Mas também os aliados mais poderosos dos EUA sofrerão, especialmente o Japão, que mergulhará numa crise de, até o momento, duas décadas, revertendo completamente as expectativas daqueles que, acreditavam, nos 70, na superioridade do capitalismo japonês. A base real daquelas expectativas era o fato de que a Alemanha e o Japão haviam vencido importantes batalhas industriais, no setor automobilístico e eletro-eletrônico, os setores dinâmicos principais do padrão de desenvolvimento vigente. Mas, justamente, o conjunto desse padrão estava em crise e novos setores dinâmicos estavam surgindo. Assim, o predomínio dos EUA no processo de desenvolvimento científico e tecnológico e no chamado complexo industrial-militar, respaldado na estratégia citada do governo Reagan, garantirão o seu comando no processo de reestruturação capitalista em curso, conferindo-lhes a dianteira nos novos setores dinâmicos das tecnologias da informação e da comunicação, na informática, nas telecomunicações, nas indústrias de conteúdo e no entretenimento, nas biotecnologias e no conjunto do setor dinâmico dos serviços. Todas as principais batalhas nessas áreas, no período de transição, do debate dos anos 80 em torno da TV de alta definição, suplantado pela implantação do paradigma da digitalização e da economia das redes telemáticas, ao projeto Genoma Humano, passando pela reestruturação das telecomunicações, foram vencidas pelos EUA, sob o comando da política industrial do governo Clinton e seu projeto de Infra-estrutura Global de Informação.

e às necessidades das amplas massas nacionais. Com a crise, a política social é a primeira a ser questionada pois, no capitalismo, a política de apoio à acumulação não pode ser prejudicada. É claro que os mais fracos entre os trabalhadores e os excluídos em geral serão os mais prejudicados pela crise em função do avanço do desemprego e da impossibilidade de se continuar tendo uma política de *Welfare State* da mesma amplitude de antes, por causa da crise fiscal. É nessas condições que o neo-liberalismo ganha força no debate econômico em prejuízo do pensamento keynesiano até então dominante. A ideologia neoliberal respalda justamente a política de redução dos gastos sociais e de enxugamento do Estado. Este acaba assumindo a aparentemente inesperada função (crucial, diga-se de passagem) de organizar a sua própria retirada, definindo, através de suas políticas, quais serão os perdedores. Assim, o Estado continua sendo o *locus* fundamental para a construção da hegemonia. É ele que assume, de fato, a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso na implementação do chamado projeto neo-liberal. É pura fantasia, portanto, a idéia de uma tendência à supressão dos estados nacionais como resultado da globalização econômica.

O neoliberalismo é fundamentalmente uma ideologia característica da crise, que colabora para o aprofundamento desta, porque traz argumentos importantes a favor da retirada do Estado, defendendo inclusive abertamente a necessidade de aumento das desigualdades sociais, encaradas como criativas, na medida em que seriam um estímulo ao trabalho. Mas o neoliberalismo não apresenta saída para a crise, tendendo a ceder passo a ideologias mais próximas do keynesianismo quando as condições para a expansão estiverem repostas. De qualquer forma, a onda neoliberal é consequência do fato de que os estados nacionais são obrigados a se submeter às exigências do capital internacional, do capital financeiro, do capital que se globaliza. Nessas condições, os estados nacionais passam a disputar entre si os fluxos do capital internacional que, diante da fraqueza do Estado passa a ditar as regras do jogo. Na medida em que o Estado Nacional se enfraquece diante do capital globalizado, e dado que isso se traduz num determinado grau de incapacidade de coordenação visando a saída da crise ou mesmo sua administração no sentido de evitar desastres mais ou menos graves, vem imediatamente ao espírito a questão sobre a eventualidade de uma tendência à construção de algo como um Estado Global capaz efetivamente de garantir a estabilidade do sistema frente às tendências destruidoras da concorrência entre os capitais individuais e os estados nacionais capitalistas. Este seria um terceiro aspecto da globalização, até o momento insuficientemente discutido.

É claro que não se pode pensar um Estado desse tipo como um Estado territorial que funde sua soberania por oposição à soberania de outros estados territoriais concorrentes. Certamente, as transformações no nível da base territorial dos estados nacionais devem ser consideradas com detalhe na análise do processo de globalização, tanto no que se refere aos processos de fragmentação, quanto nos de constituição de blocos de países. Tudo isso, no entanto, permanece nos marcos dos processos mais ou menos clássicos de reestruturação do espaço, não apontando necessariamente para a constituição do Estado Global, ainda que a reestruturação das relações de hegemonia que está por trás da criação ou da destruição de aglomerados políticos internacionais seja um dos elementos de construção do bloco histórico hegemônico do Estado Global em construção. Uma determinada base territorial é importante para que uma classe ou um grupo social hegemônico em nível local possa negociar sua posição no interior do bloco histórico hegemônico em nível global. As características da estrutura social e econômica do Estado Nacional de origem são determinantes, entre outras coisas, do poder de barganha daquela específica classe ou fragmento de classe no interior do bloco hegemônico.² É claro que a

²Segundo Negri e Hardt, a idéia da formação de “um quase-Estado supra-nacional” não caracterizaria adequadamente a situação atual pois “quando prerrogativas reais da moderna soberania aparecem no Império, elas tomam forma completamente diversa. Por exemplo, a função soberana do uso de forças militares era exercida pelos modernos

definição desse poder de barganha, nas condições atuais, se dá em grande medida à revelia dos estados nacionais, na medida em que os grandes blocos de capital transnacional são os atores, em geral, predominantes, o que faz muitas vezes com que o Estado Nacional assuma o papel limitado de agente do capital nacional na negociação internacional. Seja como for, a negociação deve levar a compromissos institucionalizados e à constituição de instâncias multinacionais de regulação

Estados-nação e atualmente é exercida pelo Império, mas ... a justificação desse uso agora se baseia num estado de exceção permanente, e os usos da força, propriamente, tomam a forma de ações policiais. Outras prerrogativas reais, como o exercício da justiça e a cobrança de impostos têm a mesma espécie de existência liminar” (Negri e Hardt, 2000, p. 57 e seg.). No caso da justiça e da cobrança de impostos, os autores consideram que elas ocupam uma posição marginal na constituição do Império, vinculadas a “urgências específicas e locais”. A intervenção militar, por sua vez, “é cada vez menos produto de decisões provenientes da velha ordem internacional ou mesmo de estruturas da ONU. Com mais frequência, ela é ditada unilateralmente pelos Estados Unidos, que se incumbem de desempenhar a tarefa primária e, posteriormente, pedem a seus aliados que ponham em movimento um processo de contenção armada e/ou repressão do atual inimigo do Império. Esses inimigos são mais frequentemente chamados de terroristas, crua redução conceptual e terminológica radicada numa mentalidade policial” (idem, p. 56). Mas o estado de permanente exceção a que os autores se referem decorre justamente da existência de uma contradição entre os estados nacionais e o Estado Global capitalista em gestação, que reproduz de alguma forma a contradição entre os capitais individuais em concorrência e o Estado, representante dos interesses do capital em geral. A perda de poder dos estados nacionais, acima referida, fruto da globalização, não elimina, por exemplo, a sua função de defesa dos interesses do capital nacional, o que depende, entre outras coisas, da sua legitimidade interna como representante do povo nação que deve controlar. A necessidade desse controle lhes confere a referida autoridade judicial, ao mesmo tempo em que a sua subordinação efetiva ao poder trans-nacional que os autores chamam de Império aparece sob a forma de estado de exceção permanente que os obriga a aceitar a poder de polícia do Estado Global. Da mesma forma, ao mesmo tempo em que aquela necessidade de controle (e de coordenação econômica no espaço nacional) exige a manutenção da autoridade fiscal do Estado Nacional sobre o seu território, a sua inserção no sistema internacional o submete às instâncias globais, como o Fundo Monetário Internacional ou o Banco Mundial. É por isso que a constituição do Império se baseia na existência de um estado permanente de exceção e crise, na medida em que “só um poder estabelecido, superdeterminado com relação aos Estados-nação e relativamente autônomo é capaz de funcionar como centro da nova ordem mundial, exercendo sobre ela uma norma efetiva e, caso necessário, coerção” (idem., p. 32). Assim, “o poder jurídico de reinar sobre a exceção e a capacidade de usar a força policial são ... duas coordenadas iniciais que definem o modelo imperial de autoridade” (idem, p. 34 e se.). Os autores não deixam de reconhecer o caráter estrutural das contradições entre o Império e os estados nacionais que o constituem, como veremos ainda adiante, mas não chegam a tirar maiores conclusões desse fato, pois negam-se a dar qualquer relevância à questão nacional no âmbito da discussão sobre as alternativas ao poder imperial. Assim, por exemplo, afirmam que, apesar de reconhecer que “as linhas geográficas e raciais de opressão e exploração estabelecidas durante a era do colonialismo e do imperialismo em muitos sentidos não declinaram; pelo contrário, aumentaram exponencialmente ..., insistimos em afirmar que a construção do Império é um passo à frente, no sentido de deixar para trás qualquer nostalgia de estruturas de poder que o precedam e recusar qualquer estratégia política que implique a volta ao velho arranjo, como, por exemplo, tentar ressuscitar o Estado-nação em busca de proteção contra o capital global” (idem, p. 62). Os autores defendem esse raciocínio dizendo que o Império seria melhor que a fase anterior do capitalismo, da mesma forma que o capitalismo, para Marx, seria melhor que os modos de produção que o antecederam, pois trás novas e potentes possibilidades de libertação do Homem. Mas isso é apenas parcialmente correto porque, como sabemos, Marx também reconhece em todos os modos de produção anteriores um atributo, a lógica do puro valor de uso, que é preciso recuperar se quisermos que o potencial verdadeiramente libertador do avanço das forças produtivas não se veja suplantado pela tendência da expansão da lógica capitalista a todos os setores da vida. O surgimento do Império deve ser entendido, justamente, como uma espécie de auge dessa tendência, que rompe resistências e torna mais difícil a consecução de um projeto libertador, apesar de, certamente, de forma contraditória, repor as possibilidades de ruptura em outro patamar, dado o avanço da socialização da produção (Bolaño, 2001 b). O Estado-nação, em todo caso, não desaparecerá por força do surgimento do Império – assim como o capitalismo não ruirá em decorrência puramente do desenvolvimento das suas forças produtivas – mas continuará existindo como, fundamentalmente, força auxiliar do capital e, secundariamente, espaço contraditório de lutas pela (re)construção da hegemonia. Toda a crítica, de resto muito interessante, às estratégias localistas de resistência, que os autores fazem nas páginas 63 a 65, defendendo uma “outra globalização”, como frequentemente fazem os movimentos anti-globalização, acaba enviesada pela incompreensão dessa relação contraditória.

que vão, pouco a pouco, formando a espinha dorsal burocrática do Estado Global. ONU, FMI, Banco Mundial, OCDE, OTAN, Parlamento Europeu, Conselho de Ministros, OMC, toda uma infinidade de instituições mais ou menos poderosas, mais ou menos abrangentes, faz parte dessa estrutura extremamente complexa das instâncias de poder mundial³

A posição dos Estados Unidos nesse conjunto é absolutamente crucial no que se refere aos três elementos básicos que garantem a hegemonia de qualquer Estado: a moeda, a língua e o poder de polícia. No primeiro caso, a retomada da hegemonia norte-americana nos anos 80, a que me referi brevemente acima, confirma a existência de uma moeda mundial não conversível, cuja única garantia é a estabilidade da supremacia americana nas relações internacionais, supremacia essa solidamente assentada em bases econômicas, políticas e militares, mesmo defrontando-se, em todos esses campos, com concorrentes poderosos. São obviamente essas mesmas condições que conferem aos EUA o poder de polícia do mundo, sobretudo após o dismantelamento do

³ Negri e Hardt apresentam, no capítulo 3.5 do seu livro, um interessante quadro da estrutura de poder internacional, representada por uma pirâmide composta por três camadas que contêm, cada uma delas, diferentes níveis. No topo da pirâmide estão os EUA, a única super-potência mundial, detentora da hegemonia sobre o uso global da força, seguidos, logo abaixo, daquele grupo de Estados-nação que *“controla os instrumentos primários monetários globais e com isso é capaz de regular as trocas internacionais. Esses estados-nação são atados entre si numa série de organismos – o G7, os clubes de Londres e de Paris, Davos, e assim por diante. Finalmente, num terceiro nível da primeira camada, um conjunto heterogêneo de associações (incluindo, mais ou menos, os mesmos poderes que exercem hegemonia nos níveis militar e monetário) demonstra poder cultural e biopolítico em nível global”* (Negri e Hardt, 2000, p. 331). A camada intermediária da pirâmide estaria constituída por dois níveis, o mais elevado dos quais – formado pelas grandes empresas multi-nacionais e suas “vastas redes de comunicação”, responsáveis que são pela “distribuição global de capital, tecnologias, bens e população”, dando “vida à rígida estrutura do poder central” e oferecendo a satisfação de necessidades – é seguido daquele formado pelo conjunto dos estados-nação, reduzidos a organizações locais, territorializadas, cujas funções consistem em: *“mediação política no que respeita aos poderes hegemônicos globais, regateio no que respeita às empresas transnacionais, e distribuição de renda, de acordo com as necessidades biopolíticas em seus próprios e limitados territórios. Os Estados-nação são filtros no fluxo de circulação global e reguladores na articulação do comando global; em outras palavras, elas captam e distribuem os fluxos de riqueza de e para o poder global, e disciplinam suas próprias populações tanto quanto possível”* (idem, p. 332). *“A terceira e mais ampla camada da pirâmide, finalmente, consiste em grupos que representam interesses populares no arranjo global do poder”* (idem, p. 332): primeiro, os Estados-nação, especialmente os menores, no interior da Assembléia Geral da ONU, segundo, organizações relativamente independentes dos Estados-nação e do capital, funcionando como “estruturas de uma sociedade civil global”, terceiro, componentes tradicionais da sociedade civil, como a mídia e as religiões e, quarto, *“as forças mais novas e talvez mais importantes da sociedade civil global chamam-se organizações não governamentais (ONGs)”* (idem, p. 333). Entre estas últimas, os autores destacam as organizações humanitárias (citam Anistia Internacional, Américas Watch, Testemunhas da Paz, Shanti Sena, Oxfam e Médicos sem Fronteiras), cujo *“mandato não consiste, a rigor, em promover os interesses particulares de qualquer grupo delimitado, mas sim em representar diretamente os interesses humanos globais e universais ... Sua ação política fundamenta-se num chamado moral universal ... Nesse sentido, talvez seja inexato afirmar que essas ONGs representam aqueles que não podem representar a si próprios ... ou mesmo que representam o Povo global em sua totalidade ... [mas] a força vital que serve de base ao Povo, e assim transformam a política numa questão de vida geral, vida em toda a sua generalidade”* (idem, p. 334 e seg.). Os autores retomam, em seguida, a descrição teórica de Políbio, para quem *“o Império Romano representou o ponto mais alto do desenvolvimento político, porque reuniu as três formas ‘boas’ de poder – monarquia, aristocracia e democracia, corporificadas no Imperador, no Senado e na comitia popular. O Império impediu que essas boas formas caíssem no ciclo vicioso da corrupção em que a monarquia se torna tirania, a aristocracia transforma-se em oligarquia, e a democracia se converte em ... anarquia ... O Império com que nos defrontamos hoje é também – mutatis mutandis – constituído por um equilíbrio funcional entre essas três formas de poder: a unidade monárquica de poder e seu monopólio global da força; articulações aristocráticas por intermédio das empresas trans-nacionais e Estados-nação; e comitia democrático-representativa, apresentada novamente na forma dos Estados-nação, juntamente com os diversos tipos de ONG, organizações de mídia, e outros organismos ‘populares’”* (idem, p. 335 e seg.), o que não o impede de incorporar a corrupção, internalizada, segundo os autores, como um elemento chave do seu modo de operação (vide o cap. 4.2, p. 393 a 415 e confira a nota 11 adiante).

bloco soviético, embora neste caso a situação seja ainda mais complexa do que no anterior, na medida em que a estrutura do estado militarista do período da guerra fria é relativamente inadequada para a situação atual.

Com relação à língua, a questão é mais interessante pois, ainda que a base fundamental do predomínio do inglês tenha sido a disputa pela divisão do planeta entre as principais potências européias no período do mercantilismo, movimento completado mais tarde pelo expansionismo neocolonial norte-americano, a atual e irresistível hegemonia dessa língua em nível mundial se deve a mecanismos puramente mercantis, aí incluídos aqueles da poderosa indústria da cultura dos EUA, cujo desenvolvimento pioneiro em termos monopolistas lhe confere vantagens de precedência brutais, praticamente incontornáveis, no processo de mundialização da cultura e de constituição do que Ortiz vem chamando, com muita propriedade, de "cultura internacional popular" (Ortiz, 1994). Esta, profundamente associada também ao movimento expansivo do capitalismo no pós-guerra – desenvolvimento da indústria cultural sob hegemonia da TV, expansão de uma cultura individualista de consumo, que conformava "modos de vida" adequados ao chamado paradigma fordista, sob cuja égide se desenvolveram, por outro lado, os grandes sindicatos e partidos de massa que formam os sólidos pilares do *Welfare State* e das políticas redistributivas da renda naquele longo e afortunado período (Bolaño, 2000) –, é, de fato, o embrião da cultura "nacional popular" do Estado Global em gestação, o que não apaga evidentemente as identidades locais e nacionais, mas as subsume, num movimento sempre contraditório.

Na verdade, o paradigma da sociedade de massas nacional se desenvolveu até os seus limites e, no lugar dele, aparecem duas tendências complementares. De um lado, com a crise do fordismo e o desenvolvimento dos sistemas de produção flexível, o avanço inusitado da fragmentação do corpo social, fruto mais uma vez da expansão do capitalismo monopolista ao longo do século XX e da segmentação do mercado de trabalho e complexificação da estrutura de classes que ele trouxe e que demonstrou, pela primeira vez, o seu caráter inovador e mesmo explosivo ao final já dos anos 60. Mas, por mais longe que vá esse processo, do ponto de vista da extrema individualização atual, ele não elimina, por outro lado, a segunda tendência, de avanço da massificação e constituição de uma sociedade de consumo de massa global. Na verdade, a dinâmica massificação/individualização pode ser entendida nos termos de uma unidade harmônica que constitui o *modus operandi* dos mecanismos sistêmicos que substituem as instâncias de socialização próprias do mundo da vida, colonizando-o. Nesse sentido, é marca de origem do capitalismo monopolista e da indústria cultural, adquirindo hoje contornos assustadores.

Do que foi dito acima, depreende-se uma tendência à conformação de uma classe média global, formada por executivos das empresas transnacionais, intelectuais de diferentes tipos, trabalhadores especializados que adquiriram alguma mobilidade internacional, narco-traficantes, entre outros. Essa camada média, que inclui uma aristocracia sindical e dirigentes de diferentes tipos de organizações não governamentais, vem se somar a uma burguesia cada vez mais internacionalizada, em função do processo hegemônico acima apontado, e a uma classe trabalhadora também móvel que forma as grandes correntes migratórias do nosso tempo, incluindo massas de retirantes globais desqualificados que não encontrarão trabalho decente em parte alguma, globalizando assim também a miséria e a exclusão social.

A inserção de cada classe ou grupo social no Estado Global em formação é, assim, extremamente assimétrica, assemelhando-se muito mais ao que ocorria no capitalismo liberal do século XIX do que no capitalismo democrático do século XX, fato que se explicita claramente com o surgimento, neste momento de forma ainda embrionária, de uma esfera pública burguesa globalizada. No seu célebre trabalho de 1961, Habermas comenta a esterilização do caráter crítico da esfera pública burguesa do capitalismo liberal a partir do momento justamente em que a sua abrangência se ampliava, com o surgimento do Estado democrático de massas, para além do

âmbito restrito dos possuidores de propriedade privada e instrução. Assim, precisamente quando aquela esfera pública, alçada que fora, com a revolução burguesa, à condição de poder do Estado, se ampliava no sentido de abranger tendencialmente a totalidade do povo-nação, seus mecanismos de articulação crítica são substituídos por formas manipulatórias de comunicação de massa, no sentido precisamente de esterilizar o potencial revolucionário que aquela ampliação significaria. Também nesse sentido, portanto, o capitalismo do século XX afastava-se do seu fundamento.

Hoje, no entanto, no momento em que o Estado “recua”, abrindo mais uma vez o campo para a expansão, no sentido clássico, da acumulação capitalista, aparentemente sem os limites que o "capitalismo de estado" lhe impunha, também a esfera pública parece retomar o seu caráter crítico e restrito. Mas em nenhum dos dois casos se trata de um retorno puro e simples ao passado, já que as condições que engendraram o modelo monopolista, a saber, o grande capital financeiro e a grande empresa, longe de desaparecerem, adquiriram contornos ainda mais radicais. O que se vive hoje, portanto, é a reposição do fundamento do sistema numa base ampliada e transformada por mais de um século de mudanças profundas e irreversíveis. É claro que não se pode dizer a priori se a crise atual nos levará a um capitalismo renovado ou à *débâcle*, ao socialismo ou a formas regressivas, pré-capitalista e quetais. Há indícios em todos os sentidos e não faltarão imprudentes de todo tipo a nos tranquilizar com suas visões do paraíso futuro ou nos assustar com a pregação do apocalipse iminente. A boa teoria nos manda, ao contrário, procurar a contradição para localizar as condições gerais da regressão ou do progresso e deste no seu sentido capitalista, explorador, ou no do verdadeiro progresso do homem em direção a formas mais justas de organização da sociedade.

No caso da nova esfera pública global, o que se pode observar é que o paradigma da comunicação de massa se mantém inabalado para a grande maioria de população mundial, reforçando-se ainda mais o seu sentido manipulatório e, principalmente, o caráter inócuo do processo democrático burguês. Paralelamente, uma camada da população restrita, ainda que sempre crescente em termos absolutos, constituirá uma massa crítica capaz de influenciar em maior ou menor medida as decisões dos políticos. Na verdade, mesmo no interior dessa massa crítica, as possibilidades de ação em relação ao poder serão não apenas variáveis de acordo com a conjuntura mas essencialmente assimétricas. No campo da comunicação, a Internet é o melhor exemplo: conceitos de igualdade e liberdade são revividos pelos ideólogos da rede e, mais uma vez, é essa a aparência que é preciso desvendar. Sabemos que a malha toda é composta de uma enorme e complexa hierarquia de nós e que a ação de cada agente tem limites brutalmente diferenciados, segundo níveis de poder, propriedade e conhecimento. Há, acima e ao lado da rede, sistemas fechados e *intranets* e *extranets* globais, com acesso mais ou menos reservado e há até mesmo informação que absolutamente não circula pelos canais conhecidos do público. Há, finalmente, aquela maioria absoluta que não terá qualquer acesso a informação relevante, mesmo que eventualmente chegue a estar plugada.

A dinâmica da exclusão adquire, assim, contornos muito distintos daqueles até hoje conhecidos, ainda que o referencial da classe permaneça, demonstrando a atualidade do paradigma marxiano. Mas já não se pode nem de longe tomar como base a estrutura de classes do capitalismo do século XIX. A classe operária do século XXI será cada vez mais formada por trabalhadores intelectuais e burocráticos, do setor público e privado, por engenheiros, médicos, professores e artistas, trabalhadores industriais altamente especializados, informáticos, cientistas, ao mesmo tempo em que novas profissões surgirão e que as velhas serão remodeladas.⁴ Qual a

⁴ Este é o tema ao qual me dediquei com mais cuidado nos trabalhos, acima citados, posteriores ao artigo de 1997. Em poucas palavras, tenho defendido, em diferentes ocasiões, a hipótese de que a chamada Terceira Revolução Industrial se caracteriza, na sua essência, por um amplo processo de subsunção do trabalho intelectual e de

unidade desse conjunto? Quais os seus setores que participam da nova esfera pública e quais os excluídos? Todas as velhas questões que animaram o movimento socialista internacional estão hoje repostas em novas bases. Velhas palavras de ordem adquirem um significado renovado: internacionalismo, redução da jornada de trabalho, contra a colonização do tempo livre. Mais uma vez, o próprio desenvolvimento capitalista nos brinda com possibilidades inauditas de liberação, ao mesmo tempo em que afina os mecanismos da dominação. Nessas condições, a eventual retomada, em novo patamar, da bandeira socialista, significa, mais uma vez, como no final do século XIX, a ruptura dos limites da esfera pública burguesa, com a inclusão dos excluídos e o fim da exploração do homem pelo homem.

Império

Segundo Negri e Hardt, é preciso distinguir o imperialismo, que as potências européias construíram ao longo do século XX, do Império, entendido como uma nova forma de soberania, surgida na passagem da modernidade para a pós-modernidade. Assim,

“em contraste com o imperialismo, o Império não estabelece um centro territorial de poder, nem se baseia em fronteiras ou barreiras fixas. É um aparelho de descentralização e desterritorialização do geral que incorpora gradualmente o mundo inteiro dentro de suas fronteiras abertas e em expansão. O Império administra entidades híbridas, hierarquias flexíveis e permutas plurais por meio de estruturas de comando reguladoras. As distintas cores nacionais do mapa imperialista do mundo se uniram e mesclaram, num arco-íris imperial global” (Negri e Hardt, 2000, p. 12 e seg.)

intelectualização geral de todos os processos de trabalho convencionais, de modo que o novo padrão de acumulação, surgido na virada do século XX ao XXI, apresentaria uma característica distintiva em relação aos anteriores, sendo possível até mesmo falar-se em uma re-fundação do sistema, dada a importância, ao longo da história humana desde a Grécia antiga, da problemática da separação entre trabalho manual e intelectual. As possibilidades libertadoras que as contradições inerentes a essa nova estrutura produtiva abrem estão ligadas ao fato de que o modo de produção torna-se crescentemente informático e comunicacional, centrado no desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação, que fornecem as condições para a reestruturação capitalista, como é amplamente aceito, porque permitem uma socialização brutal da produção, com a constituição do que se pode chamar de uma Economia do Conhecimento. O grande projeto teórico do nosso tempo deverá ser, nesse sentido, o da Crítica da Economia Política do Conhecimento, que se articula, por outro ângulo, com a Crítica da Epistemologia proposta por Sohn-Rethel (1989) em sua obra maior (Bolaño, 1997 b, 1999, 2001 a, 2001 b). Negri e Hardt citam um grupo de autores marxistas italianos contemporâneos que estariam trabalhando num sentido talvez convergente, utilizando conceitos como “intelectualidade de massa”, “trabalho imaterial” e o conceito marxista de “intelecto geral” (Negri e Hardt, p. 47 e segs.). Não posso ainda referir-me aqui a essa bibliografia, mas vale reproduzir brevemente a conclusão da crítica dos autores e sua alternativa: *“um dos mais graves defeitos tem sido ... a tendência desses autores para tratar as novas práticas trabalhistas na sociedade biopolítica apenas em seus aspectos intelectuais e incorpóreos. A produtividade de corpos e o valor do afeto, entretanto, são absolutamente essenciais nesse contexto. Desenvolveremos os três aspectos primários do trabalho imaterial na economia contemporânea: o trabalho comunicativo de produção industrial que recentemente se tornou ligado a redes de informação, o trabalho interativo de análise simbólica e resolução de problemas, e o trabalho de produção e manipulação de afetos ... Esse terceiro aspecto, com foco na produtividade do corpóreo, do somático, é elemento sobremodo importante nas redes contemporâneas de produção biopolítica. Assim, a obra dessa escola e sua análise do intelecto geral são, sem dúvida, um passo à frente, mas sua estrutura conceptual continua pura demais, quase angélica”* (Negri e Hardt, 2000, p. 48 e seg.). Posta nesses termos, a crítica certamente se aplica à minha própria formulação. Mesmo o interesse em considerar, no que se refere ao que os autores chamam de “produção biopolítica”, os elementos afetivos de produção de subjetividade, como no belo trecho de Levy (1994) sobre trabalho social, que citei em outra ocasião, incorporando criticamente a idéia (Bolaño, 2000 b), é fundamental distinguir o mundo da produção do mundo da vida.

Nesse sentido, os Estados Unidos não poderiam ser considerados como uma nova potência imperialista,⁵ pois a posição privilegiada que ocupam no Império “*decorre não de semelhanças com antigas potências imperialistas européias mas de diferenças em relação a elas*” (idem, p. 14).

“O conceito de Império caracteriza-se pela ausência de fronteiras: o poder exercido pelo Império não tem limites ... Nenhuma fronteira territorial confina o seu reinado. Em segundo lugar, o conceito de Império apresenta-se não como um regime histórico nascido da conquista, e sim como uma ordem que na realidade suspende a história e dessa forma determina, pela eternidade, o estado de coisas existente ..., como um regime sem fronteiras temporais e, nesse sentido, fora da História ou no fim da História. Em terceiro lugar, o poder de mando do Império funciona em todos os registros da ordem social ... O objeto de seu governo é a vida social como um todo, e assim o Império se apresenta como forma paradigmática de biopoder. Finalmente, apesar de a prática do Império banhar-se continuamente em sangue, o conceito de Império é sempre dedicado à paz – uma paz perpétua e universal fora da História” (idem, p. 14 e seg.).⁶

⁵ “Os Estados Unidos não são, e nenhum outro Estado-nação poderia ser, o centro de um novo projeto imperialista. O imperialismo acabou. Nenhum país ocupará a posição de liderança mundial que as avançadas nações européias um dia ocuparam” (Negri e Hardt, 2000, p. 14). Os autores explicitam as especificidades que levariam os EUA a essa posição privilegiada na sua análise das bases imperiais da constituição norte-americana, no item 2.5. (p. 180 a 201), na seqüência de uma interessante discussão sobre a construção e as características da soberania moderna européia, nos itens 2.1. a 2.3. (p. 87 a 153) e os “sintomas de transição” (item 2.4, p. 155 a 177). Ao final da Guerra Fria – cujo efeito mais importante teria sido o de “reorganizar as linhas de hegemonia dentro do mundo imperialista, acelerando o declínio das antigas potências e levantando a iniciativa americana de constituição de uma ordem imperial” (idem, p. 198) – os EUA acabam assumindo a posição de polícia do mundo, “não como função de seus próprios motivos nacionais, mas em nome do direito global” (idem), como fica patente, pela primeira vez, com a Guerra do Golfo, que marca, assim, efetivamente, o surgimento de uma nova ordem mundial, como preconizava George Busch, o pai. “A legitimação da ordem imperial, entretanto, não se pode basear na mera eficácia da sanção legal e do poderio militar para impô-la. Ela precisa ser desenvolvida pela produção de normas jurídicas internacionais que aumentem o poder do ator hegemônico de uma forma duradoura e legal. Aqui, o processo constitucional, que começou com Wilson, finalmente chegou à maturidade e reaparece. Entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, entre o messianismo de Wilson e as iniciativas político-econômicas internacionais do New Deal (às quais voltaremos na Seção 3.2 [p. 262 a 280]), uma série de organizações internacionais foi construída para produzir o que nos termos contratuais tradicionais do direito internacional é chamado de superávit de normatividade e eficácia. Esse superávit recebeu uma base expansiva e tendencialmente universal no espírito dos acordos de São Francisco, que fundaram as Nações Unidas. O processo unificador, interno, fora estorvado pela guerra fria, mas não completamente bloqueado” (idem, p. 199). Os EUA seriam privilegiados pela tendência imperial da sua própria constituição. Ela é “imperial porque (em contraste com o projeto do imperialismo de sempre estender o seu poder linearmente em espaços fechados e invadir, destruir e subjugar países legítimos em sua soberania) o projeto constitucional americano é construído segundo o modelo da rearticulação de um espaço aberto e da reinvenção incessante de relações singulares e diversas em redes num terreno ilimitado. A idéia contemporânea de Império nasceu com base na expansão global do projeto constitucional interno dos EUA” (idem, p. 200).

⁶ Em outros termos, “desde o começo ... o Império põe em movimento uma dinâmica ético-política, que jaz no coração do seu conceito jurídico. Esse conceito jurídico envolve duas tendências fundamentais: a primeira delas é a noção de um direito afirmado na construção de uma nova ordem que envolve todo o espaço daquilo que ela considera civilização, um espaço ilimitado e universal; a segunda é a noção de direito que abrange todo o tempo dentro de seu fundamento moral. O Império exaure o tempo histórico, suspende a História, e convoca o passado e o futuro para dentro de sua própria ordem ética. Em outras palavras, o Império apresenta a sua ordem como algo permanente, eterno e necessário” (idem, p. 28 e seg.).

A manutenção dessa paz universal se dá, no entanto, nas condições do permanente estado de exceção que caracteriza o arranjo de poder que mantém o Império, como vimos na nota 2 acima, legitimando o poder de polícia dos EUA, o que determina, para os autores, o seu caráter crítico:

“O Império está surgindo hoje como centro que sustenta a globalização de malhas de produção e atira sua rede de amplo alcance para tentar envolver todas as relações de poder dentro de uma ordem mundial – e ao mesmo tempo exibe uma poderosa função policial contra os novos bárbaros e escravos rebeldes que ameaçam sua ordem. O poder do Império parece estar subordinado às flutuações da dinâmica do poder local e aos arranjos jurídicos parciais e mutáveis que buscam, mas nunca conseguem plenamente, levar de volta a um estado normal em nome da ‘excepcionalidade’ de métodos administrativos. Essas características, entretanto, foram justamente as que definiram a Roma antiga e sua decadência ... Os processos são e continuarão sendo contraditórios. A questão de definição de justiça e de paz não terá solução real; a força da nova constituição imperial não será contida num consenso articulado na multidão. Os termos da proposta jurídica do Império são completamente indeterminados, apesar de concretos. O Império nasce e se revela como crise” (idem, p. 38).

Os autores reconhecem que no processo de secularização que marca o surgimento da Idade Moderna, apenas *“um sintoma do evento básico da modernidade: a afirmação dos poderes deste mundo, a descoberta do plano da imanência”* (idem, p. 89). Esse teria sido o cerne da revolução humanista – na ciência, na arte, na filosofia e na teologia – dos séculos XIII a XVI, cujo máximo desenvolvimento se encontraria em Spinoza, quando *“o horizonte de imanência e o horizonte da ordem política democrática coincidem completamente”* (idem, p. 91). *A esse “processo revolucionário radical [que] ... destrói suas relações com o passado e declara a imanência do novo paradigma do mundo e da vida”* (idem, p. 92), opõe-se um

“segundo modo de modernidade, construído para combater as novas forças e estabelecer um poder para domina-las. Ele surgiu com a revolução da Renascença para alterar sua direção, transplantar a nova imagem de humanidade para um plano transcendente, relativizar as capacidades da ciência para transformar o mundo, e acima de tudo opor-se à re-apropriação do poder pela multidão. O segundo modo de modernidade joga um poder constituído transcendente contra um poder constituído imanente, ordem contra desejo. Assim, a Renascença terminou em guerra – guerra religiosa, social e civil” (ibidem)

Ao final desse “trágico conflito da gênese da modernidade”, sairia vitorioso o segundo paradigma e *“as forças da ordem que buscavam neutralizar o poder da revolução”* (idem, p. 93). Não interessa aqui entrar na extensa análise que os autores fazem do desdobramento, ao longo dos séculos do Iluminismo, do “projeto contra-revolucionário de resolver a crise da modernidade”, mas é importante esclarecer que

“era de suprema importância evitar que a multidão fosse entendida, à la Spinoza, numa relação direta e imediata com a divindade e a natureza, como o produtor ético da vida e do mundo. Ao contrário, em todos os casos, uma

mediação teve que ser imposta à complexidade das relações humanas. Filósofos discutiam sobre o lugar onde se situava essa mediação e sobre qual o nível metafísico por ela ocupado, mas era fundamental que, de alguma maneira, ela fosse definida como condição inevitável de toda ação, arte e associação humana” (idem, p. 96).

Assim, “*cada movimento de auto-constituição da multidão deve ceder à ordem pré-constituída*”, pois “*sustentar que seres humanos podem estabelecer de imediato sua liberdade de existir seria um delírio subversivo. Esse é o âmago da transição ideológica sobre a qual o conceito da modernidade européia foi construído*” (idem, p. 96 e seg.). A perspectiva de fundo, dos autores, nesse sentido, é a defesa de um novo discurso político revolucionário que tenha a multidão como sujeito, contra toda mediação e, muito especialmente, contra a dialética, como veremos adiante.⁷ Vale reproduzir um trecho relativamente longo do manifesto político spinoziano das páginas 81 a 84 do livro:

“... A situação pós-moderna é eminentemente paradoxal ... De um lado, ... todas as forças da sociedade tendem a ser ativadas como forças produtivas; mas de outro, essas mesmas forças são submetidas a uma dominação global continuamente mais abstrata e, portanto, insensível aos aparelhos de reprodução da vida ... Nessa estrutura, a política (entendida como administração e gerenciamento) perde toda transparência. Por intermédio dos seus processos institucionais de normalização, o poder esconde em vez de revelar e interpretar a relação que caracteriza seu controle sobre a sociedade e a vida ... Qualquer libertação pós-moderna deve ser adquirida dentro deste mundo, no plano da imanência, sem possibilidade de qualquer lado de fora utópico. A forma pela qual o político deveria ser expresso como subjetividade ainda não está esclarecida. Uma solução para o problema teria de juntar melhor o sujeito [a multidão] e o objeto [a libertação cosmopolita] do projeto, coloca-los numa relação de imanência ... Talvez precisemos reinventar a noção de teleologia materialista que Spinoza proclamou na alvorada da modernidade, quando sustentou que o profeta produz o seu próprio povo. Talvez devêssemos reconhecer junto com Spinoza o desejo profético como irresistível, e tanto mais poderoso quanto mais identificado com a multidão ... Hoje um manifesto, um discurso político, deveria se propor a preencher uma função profética spinoziana, a função de um desejo imanente que organize a multidão. Finalmente, não existe aqui qualquer determinismo ou utopia: isto é, antes de um contra-poder radical, fundado ontologicamente não em qualquer vide pour le futur mas na atividade real da multidão, em sua criação, produção e poder – uma teleologia materialista” (idem, p. 81 e segs.).

Claro que é preciso esclarecer, do ponto de vista de uma política positiva de construção de uma alternativa ao Império, a forma pela qual o político se expressa como subjetividade e procurar um desejo imanente que organize a multidão ou, melhor dizendo, buscar as formas concretas, de acordo com as atuais condições objetivas, em que o Sujeito filosófico pode

⁷Os autores definem a sua perspectiva metodológica como baseada em duas abordagens “não dialéticas e absolutamente imanentes”, a saber, uma “*crítica desconstrutiva, visando subverter as linguagens hegemônicas e as estruturas sociais e, desse modo, revelar uma base ontológica alternativa que reside nas práticas criadoras e produtivas da multidão*” e, outra, “*construtiva e ético-política, buscando conduzir os processos de produção de subjetividade para a constituição de uma alternativa social e política, um novo poder constituinte*” (Negri e Hardt, p. 66).

dissolver-se nos sujeitos históricos e criar um mundo novo. Mas o termo “multidão” não é o mais adequado para se pensar um projeto desse tipo. Melhor seria retomar o conceito marxista de classe e perguntar como esta se constitui em geral e, particularmente, nas condições históricas do capitalismo total do século XXI. A solução passa justamente, portanto, pela recuperação do instrumental crítico da dialética marxiana, que não se pode articular pela lógica da profecia, nem propriamente da utopia, no sentido vulgar do termo, mas de uma visão de futuro que tem uma função de horizonte de referência na articulação da teoria do capital, como bem nos explica Rui Fausto (1983, cap. 1 e apêndice 1).⁸

A perspectiva spinoziana de Negri e Hardt e o papel que nela desempenha a “multidão”, levarão a uma identificação entre Império e vida e à negação da mediação. É nesse sentido que adotam o conceito de biopoder, extraído de Foucault, quem “preparou o terreno para [a] investigação do funcionamento material do mando imperial” (idem, p. 42), na sua análise da transição histórica da sociedade disciplinar – em que “o comando social é construído mediante uma rede difusa de dispositivos ou aparelhos que produzem e regulam os costumes, os hábitos e as práticas produtivas ... por meio de instituições disciplinares (a prisão, a fábrica, o asilo, o hospital, a universidade, a escola e assim por diante) que estruturam o terreno social e fornecem explicações lógicas adequadas para a ‘razão’ da disciplina” (ibidem) – para a sociedade de controle, em que “os mecanismos de comando se tornam cada vez mais ‘democráticos’, cada vez mais imanentes ao campo social, distribuídos por corpos e cérebros dos cidadãos” (ibidem). A sociedade de controle inaugura, assim, um novo paradigma de poder, definido pelas tecnologias que reconhecem a sociedade como o reino do biopoder”, adotando, assim, “o contexto biopolítico como horizonte de referência” (idem, p. 43). Nessas condições, apesar do que foi dito acima sobre o estado de exceção permanente e o poder de polícia inerentes à estrutura do Império, o novo regime, segundo os autores, “nada tem a ver com as artes jurídicas da ditadura e do totalitarismo ... O direito continua sendo eficaz e ... se torna método. Essa é uma transformação radical que revela a relação não mediada entre poder e subjetividades, assim demonstrando a impossibilidade de mediações ‘prévias’ e a incontornável variedade temporal do evento” (ibidem, p. 45)

A mesma idéia de não mediação se apresenta na sucinta análise que os autores fazem do tema da comunicação, nas páginas 50 a 53. Falando sobre as “indústrias da comunicação”, apontam que “a mediação é absorvida dentro da máquina produtiva. A síntese política de espaço social é fixada nos espaço de comunicação” (idem, p. 52). De fato, a Indústria Cultural é aquela instituição capitalista que se encarrega de realizar a mediação entre os capitais individuais (função publicidade) e o Estado (função propaganda), de um lado, e as massas, de outro (Bolaño, 2000). O mecanismo pode ser entendido à la Habermas, como um processo de colonização do mundo da vida por instâncias sistêmicas. Mas os autores acreditam que já não existe distinção entre sistema e *Lebenswelt*.⁹ Referindo-se especificamente ao autor alemão, afirmam que o conceito de ação comunicativa foi proposto amparando-se

⁸ Rui Fausto explica da seguinte forma as relações entre os discursos histórico e político e a teoria d’O Capital: “para o discurso histórico-político definimos dois pontos que são as suas referências extremas: um solo histórico que tem como um de seus níveis a consciência atual do proletariado; um horizonte representado pelo objetivo último, o socialismo. Esses dois pontos que, na obra política se dispõem – diríamos – horizontalmente, vão-se refletir verticalmente em O Capital. O primeiro desses pontos se reflete, fora do espaço propriamente lógico, nos textos em que Marx descreve a experiência do proletariado (...) Mas se o primeiro limite do discurso político se reflete fora do espaço lógico, o segundo, o horizonte do socialismo, se reflete no horizonte de significação (verticalmente, como o solo primeiro, mas não fundante de significações). De fato, a leitura que Marx faz do capitalismo é uma reconstituição de suas leis sobre o fundo de um universo de referência que o transcende” (Fausto, 1983, p. 232).

⁹ Para uma crítica de Habermas coerente com o referencial teórico aqui adotado, vide Bolaño (2000 b)

“numa probabilidade fora desses efeitos de globalização ... A máquina imperial, entretanto, demonstra que esse panorama externo já não existe. Ao contrário, a produção comunicativa e a construção da legitimação imperial marcham lado a lado e não podem mais ser separadas. A máquina é auto-validante, auto-poiética – ou seja, sistêmica. Ela constrói tecidos sociais que esvaziam, ou tornam ineficaz, qualquer contradição; cria situações nas quais, antes de neutralizar coercitivamente a diferença, parece absorve-la num jogo insignificante de equilíbrios auto-geradores e auto-reguladores” (Negri e Hardt, 2000, p. 52 e seg.).

Que a máquina seja sistêmica é uma tautologia, mas isso não implica que a contradição não esteja presente, não em um, mas em dois sentidos: por um lado, a Indústria Cultural não tem a capacidade de realizar o seu trabalho de mediação sem a intervenção de um tipo especial de trabalho, cuja subsunção real no capital é relativamente limitada, como bem sabe toda a Economia Política da Comunicação, seja na sua vertente francesa, anglo-saxônica ou latina, nenhuma das quais os autores demonstram conhecer.¹⁰ Assim, o trabalho cultural, enquanto trabalho que se submete a um capital cultural qualquer, que busca no mercado das audiências ou dos produtos culturais a sua valorização, coloca-se como elemento interno de contradição, como todo trabalho que se defronta com um capital. Ademais, os chamados limites à subsunção do trabalho cultural estão ligados precisamente ao papel de elemento de mediação que ele possui. É por isso que o público dispõe também de um (limitado) poder de decisão, de modo que a programação – tomando a televisão de massa, por exemplo, para ficarmos no caso mais importante até hoje do ponto de vista da sua inserção social – não pode limitar-se à publicidade e à propaganda, mas deve responder também a necessidades de reprodução simbólica do mundo da vida, colonizado, mas não desaparecido (Bolaño, 2000). Por isso o trabalho cultural, como o trabalho intelectual em geral, é duplamente contraditório em relação ao capital.

O problema não está necessariamente em Foucault, mas na forma como ele é incorporado pelos autores, na linha, hegemônica, da sua recepção pelo pensamento pós-modernista. Para tentar esclarecer a questão, permito-me reproduzir agora alguns parágrafos de outro artigo (Bolaño, s/d), não publicado, em que, no bojo de uma discussão mais geral sobre a teoria marxista do Estado, trato da recepção marxista de Foucault por Poulantzas, o que só é possível através de um *tour de force* que corrige em boa medida o conceito de poder deste último, que concebe a sociedade como constituída por uma malha de micro-poderes que não se reduzem de forma alguma à relação de poder representada pelo Estado. Seja como for, a solução de Poulantzas é bastante plausível, na medida em que o próprio Foucault pensa em articulação, através de mecanismos gerais e formas de dominação global, das táticas e técnicas de poder localizadas. Poulantzas aceita o fato de que a questão do Estado não esgota a do poder, mas defende a idéia de que aquele age de alguma forma sobre o conjunto das instituições que formam os micro-poderes *“a fim de lhes consignar uma pertinência de classe e inseri-la na trama dos*

¹⁰Vide, para uma revisão, Bolaño, 2000, Bolaño, Mastrini e Herscovici, 1999, Bolaño e Mastrini, 2001. Lamentavelmente, os autores também desconhecem a literatura, inglesa ou latino-americana, dos estudos culturais que se dedicam mais precisamente ao tema das mediações. Agrada-me particularmente o trabalho clássico de Barbero (1987) Para uma discussão sobre a possibilidade de articulação teórica entre os Estudos Culturais marxistas e a Economia Política da Comunicação, vide Bolaño (2000 b) A inserção do problema da informação no modelo de Negri e Hardt também é sofrível: *“as redes de informação tendem a algo como uma simultaneidade de produção social. A revolução do acúmulo de informações (sic) requer, por conseguinte, um enorme salto para frente na mais vasta socialização da produção. Essa crescente socialização, juntamente com a redução do espaço social e da temporalidade, é um processo que, sem dúvida, beneficia o capital com produtividade crescente, mas é também um processo que aponta para além da era do capital, rumo a um novo modo social de produção”* (idem, p. 280), diferente do capitalismo que, imagino, é também um “modo social de produção” (a não ser que os autores imaginem um “modo social” diferente de um “modo econômico”, o que seria uma bobagem).

poderes de classe”, de modo que “*o Estado não é um estado no sentido único de concentrar o poder fundamentado nas relações de classe, mas também no sentido em que se propaga tendencialmente em todo poder, apoderando-se dos dispositivos do poder que entretanto o suplantam constantemente*” (Poulantzas, 1978, p.50)

Com isso, Poulantzas consegue recuperar a idéia de Foucault de que todo poder, ao final das contas, age sobre o corpo humano, traduzindo-a na ação do Estado no sentido da individuação e da fragmentação do corpo social. Como o autor deixa claro, trata-se de acrescentar à sua proposição anterior sobre um "efeito isolamento" que age basicamente no nível da ideologia, o lado material da dominação. Permanece, de qualquer forma incólume a velha noção de "aparelhos ideológicos de Estado" do estruturalismo althusseriano. É interessante notar, por outro lado, que a apropriação poulantziana de Foucault pode servir como contraponto tanto a Habermas quanto aos pós-modernistas. É evidente que a análise da micro-física do poder de Foucault se situa basicamente no nível daquilo que Habermas chama de *Lebenswelt*, definida em termos opostos à construção ideal deste último, constituída por uma rede complexa de micro poderes, aos quais o autor opõe a sua idéia de resistências localizadas. Esta constatação nos permite opor à perspectiva habermassiana a alternativa dada pela apropriação marxista de Foucault, seguindo o próprio Poulantzas, para definir, de um lado, por exemplo, a forma como o sistema se apropria dos mecanismos de poder próprios do mundo da vida e os articula numa estratégia global de dominação (o que, evidentemente, não pressupõe a figura de nenhum estrategista), realizando ao mesmo tempo aquilo que Habermas chama de colonização do mundo da vida. De outra parte, pode-se pensar, na medida em que o sistema articula e dá uma unidade (de forma sempre contraditória) a esses micro-poderes, seja pelo lado de uma racionalização crescente nos termos de Habermas, seja do ponto de vista da expansão da lógica capitalista ao conjunto das relações sociais, em uma estratégia global de resistências localizadas que, na sua pulverização, só servem para dinamizar as formas globais de dominação.

Mas isso significa, por outro lado, uma disputa com um certo pós-modernismo que recupera a contribuição de Foucault a partir da tese da fragmentação do sujeito, para desembocar no niilismo. Nessa linha de raciocínio, Foucault aparece como o anti-Marx e a tese da fragmentação como a negação do conceito marxista de sujeito, esquecendo-se que a idéia de fragmentação não constitui nenhuma particular novidade histórica, como poderiam pretender alguns, mas faz parte de uma tendência inerente à expansão capitalista, bem analisada por Marx, como aponta Harvey:

“uma altamente organizada divisão técnica e social do trabalho ... é um dos princípios fundadores da modernização capitalista ... particularmente sob as condições da troca, onde os produtores de mercadorias (protegidos pelos direitos de propriedade privada) podem explorar as possibilidades de especialização no interior de um sistema econômico aberto ... É precisamente nesse contexto que o individualismo possessivo e os criativos empreendimentos, inovação e especulação podem florescer, mesmo que isso também signifique a proliferação da fragmentação de tarefas e responsabilidades e uma necessária transformação das relações sociais ao ponto em que os produtores são forçados a ver os outros em termos puramente instrumentais” (Harvey, 1989, p. 103).

Harvey considera em seguida a relação entre capital e trabalho assalariado e a divisão do trabalho no interior do processo produtivo, lembrando, com Marx, que “*a idéia de alteridade é produzida e reproduzida numa base contínua na sociedade capitalista*” e a anarquia da divisão social do trabalho convive com o despotismo do local de trabalho, para concluir que essa fragmentação é reforçada pela perda de controle sobre o processo de trabalho, processo em que

“o trabalhador individual se empobrece em poderes produtivos individuais para tornar o trabalhador coletivo, e através dele o capital, rico em poder produtivo social” (Harvey, 1989, p. 105). Essa fragmentação não se limita aos produtores diretos, mas estende-se a todas as formas de trabalho assalariado. O processo de destruição criadora e o imperativo da inovação não fazem senão reforçar essa tendência, destruindo trabalhos especializados, criando instabilidade. Harvey finaliza o ponto com a célebre frase de Marx; *“todos os meios para o desenvolvimento da produção se transformam em meios de dominação sobre e de exploração dos produtores; eles mutilam o trabalhador transformando-o em um fragmento de homem”* (idem, p. 106).

A questão que permanece é se de fato, como pensam os pós-modernistas de um modo geral, a ideologia humanista do sujeito burguês do capitalismo liberal deixou de cumprir qualquer papel na articulação do sistema em nível ideológico, diante daquele sujeito absolutamente descentrado e fragmentado que seria a marca fatal do capitalismo contemporâneo. Terry Eagleton, por exemplo, defende que, se o sujeito burguês *“é um modelo crescentemente desapropriado em certos níveis de subjetividade, permanece potencialmente relevante em outros ... O sujeito do capitalismo tardio ... não é nem simplesmente o ... agente ... da ideologia humanista clássica, nem meramente uma rede descentrada de desejos, mas um amálgama contraditório dos dois. A constituição de tal sujeito nos níveis ético, jurídico e político não apresenta uma continuidade completa em relação a sua constituição como consumidor ou como unidade da cultura de massa ... muitos sujeitos vivem cada vez mais nos contraditórios pontos de intersecção entre essas duas definições”* (Eagleton, 1985, p. 71 e seg.).

Negri e Hardt, por sua vez, adotando uma perspectiva pós-modernista ortodoxa a esse respeito, pretendem, não obstante, recuperar “o humanismo depois da morte do homem”. Para eles,

“o anti-humanismo que foi projeto tão importante para Foucault e Althusser na década de 1960 pode ser vinculado efetivamente a uma batalha sustentada por Spinoza trezentos anos antes. Spinoza ... se recusou a conceder à natureza humana qualquer lei que fosse diferente das leis da natureza ... Se tivéssemos de o conceber separado da natureza, o Homem não existiria. Esse reconhecimento é justamente a morte do Homem. O anti-humanismo, entretanto, não precisa estar em oposição ao espírito revolucionário da Renascença ... [Ele] dá continuidade ao projeto renascentista de secularização do humanismo, ou, mais exatamente, sua descoberta do plano da imanência. Ambos os projetos têm como base um ataque à transcendência ... Como Deus antes dele, esse Homem separado da natureza e acima dela não tem lugar na filosofia da imanência ... O anti-humanismo, portanto, concebido como recusa a qualquer transcendência, não deveria de forma alguma ser confundido com uma negação da vis viva, a força criadora da vida que anima a corrente revolucionária da tradição moderna” (Negri e Hardt, 2000, p. 108 e seg.).

Como inimigo principal desse projeto pós-moderno humanista, de *“rejeição da transcendência”* – *“condição de possibilidade”* para pensar o *“poder imanente, uma base anárquica de filosofia”*, para que, *“uma vez que reconheçamos nossos corpos e mentes pós-humanos, uma vez que vejamos a nós mesmos como os símios e cyborgs que somos”*, possamos *“explorar a vis viva, os poderes criadores que nos animam como animam toda a natureza e realizam nossas potencialidades”* (Negri e Hardt, 2000, p. 109) – os autores elegem a dialética. Assim, retomando, no item 4.2, a história das teorias do declínio do Império, desde Tulcídedes, Tácito e Políbio, passando por Montesquieu, Gibbon e Maquiavel, para chegar em Aléxis de Tocqueville, Nietzsche e Wittgenstein, os autores, num determinado momento, se referem ao pensamento crítico europeu posterior à Primeira Guerra Mundial, convocando o testemunho de

Franz Rosenzweig e Benjamim, para afirmar: *“depois da histórica experiência da guerra e da miséria, e também talvez com intuição do holocausto vindouro, eles tentaram descobrir uma esperança de luz e redenção. Essa tentativa, entretanto, não conseguiu escapar da poderosa ressaca da dialética. Certamente e dialética, essa amaldiçoada dialética que preservava e ungiu os valores europeus, tinha sido esvaziada de dentro para fora e agora era definida em termos completamente negativos”* (idem, p. 400).

Em seguida apontam outros autores, como Weber, Heidegger e Carl Schmitt, que *“procuraram romper com os restos da dialética e seus poderes de subordinação ... [mas] mesmo os pensadores mais poderosos da época foram incapazes de romper com a dialética e a crise”* (idem). A solução se lê na página seguinte: *“para o esclarecimento real desta cena, ficamos mais endividados com uma série de filósofos franceses que leram Nietzsche décadas mais tarde, nos anos 60”* (idem, p. 4001). Entre esses filósofos franceses, que inspiram toda a análise dos autores, citados em diferentes momentos, figuram Derrida, Deleuze e Foucault.

Assim, lamentavelmente, percebem a atual *“convergência dos domínios que costumavam ser designados como base e superestrutura”* (idem, p. 407), mas, ao invés de tomar esse fato, como na alternativa teórica geral que proponho nos diferentes trabalhos aqui citados, na perspectiva da Crítica da Economia Política, descambam para aquela confusão típica do pensamento pós-modernista, afirmando, por exemplo:

“As linhas de produção e as de representação se cruzam e misturam no mesmo domínio lingüístico e produtivo. Nesse contexto, as distinções que definem as categorias centrais da economia política tendem a se obscurecer. A produção torna-se indistinguível da reprodução; as forças produtivas se fundem com as relações de produção; o capital constante tende a ser constituído e representado dentro do capital variável, nos cérebros, nos corpos e na cooperação de sujeitos produtivos” (idem, p. 408).

É esse o sentido do conceito foucaultiano de biopoder, segundo os autores: *“quando nossa análise é firmemente situada no mundo biopolítico onde a produção e reprodução social, econômica e política coincidem, a perspectiva ontológica e a perspectiva antropológica tendem a se sobrepor”* (idem, p. 410). As conseqüências dessa visão tortuosa da Economia Política são inúmeras.¹¹ O fundo do problema está, em todo caso, naquela idéia, expressa no manifesto político spinoziano acima citado, segundo a qual *“todas as forças da sociedade tendem a ser ativadas como forças produtivas”*, que baliza a sua incorporação do conceito de Foucault, autor que *“tentou levar o problema da reprodução social e todos os elementos da chamada superestrutura de volta para dentro da estrutura material e fundamental, e definir esse terreno não apenas em termos econômicos mas também em termos culturais, físicos e subjetivos”* (idem, p. 46). Em outros termos: *“no Império e seu regime de biopoder, produção econômica e*

¹¹Assim, a relação conhecida entre corrupção e generalização da forma dinheiro e da forma mercadoria será substituída pela concepção segundo a qual *“quando o capitalismo perde sua relação com o valor ... ele surge imediatamente em forma de corrupção”*, para explicar que *“a seqüência cada vez mais abstrata do seu funcionamento (da acumulação da mais-valia à especulação monetária e financeira) é mostrada como uma marcha poderosa rumo à corrupção generalizada”* (Negri e Hardt, 2000, p. 413). Fato rigorosa e perfeitamente explicável, como se sabe, a partir simplesmente do primeiro capítulo do livro primeiro do Capital, sem a necessidade desse tipo de ginástica mental para-baudrillardiana. Também é estranha a crítica que os autores fazem à teoria do valor de Marx, que pagaria um tributo à tradição metafísica, por ser *“na verdade, um teoria da medida do valor”* (idem, p. 377). Para os autores, *“no Império, a construção do valor tem lugar além da medida. O contraste entre os excessos incomensuráveis da globalização imperial e a atividade produtiva que está além da medida precisa ser interpretado do ponto de vista da atividade subjetiva que cria e recria o mundo em sua totalidade”* (idem, p. 379).

constituição política tendem, cada vez mais, a coincidir” (idem, p. 60). Esta é a idéia mãe de todas as confusões.

Os autores usam a metáfora da águia de duas cabeças do emblema do Império Austro-Húngaro para representar o Império hoje. *“Em nosso caso as duas cabeças teriam que ser voltadas para dentro, uma atacando a outra. A primeira ... é uma estrutura jurídica e um poder constituído, construídos pela máquina de comando biopolítico ... A outra cabeça da águia imperial é a multidão plural de subjetividades de globalização produtivas e criadoras, que aprenderam a navegar nesse mar imenso”* (idem, p.79). Em seguida, os autores afirmam que, se *“de uma perspectiva, o Império se ergue claramente sobre a multidão e a submete ao mando de sua máquina, ... da perspectiva da produtividade e da criatividade sociais ... a hierarquia é invertida ... A multidão é a verdadeira força produtiva de nosso mundo social, ao passo que o Império é um mero aparelho de captura que vive apenas da vitalidade da multidão”* (idem, p. 80).

Em outro ponto, afirmam que a ordem mundial constituída *“seria apenas uma casca vazia se não designássemos também um novo regime de produção”* (idem, p.225), entendido como produção biopolítica da multidão, conforme vimos acima. De um lado, o poder do Império, de outro, a multidão. Poderia ser simplesmente uma transposição, para o terreno da política, da velha contradição capital-trabalho (e, nesse caso, haveria de qualquer forma uma incapacidade em distinguir as esferas política e econômica, mantendo-se a confusão conceitual citada): *“um novo sentido de ser é imposto na constituição do Império pelo movimento criador da multidão, ou está continuamente presente nesse processo como paradigma alternativo. É interno ao Império e faz avançar sua constituição”* (idem, p. 81). Mas emendam: *“não como um negativo que constrói um positivo ou qualquer outra resolução dialética. De preferência, age como força absolutamente positiva que impele o poder dominante para uma unificação abstrata e vazia, ante a qual ele aparece como alternativa”* (ibidem).

O sujeito do processo são sempre as massas. A elas cabe sempre a iniciativa, como se discute extensamente no capítulo 3.3 (p. 281 a 300). Em outro momento, os autores falam, por exemplo, de três ciclos políticos, definidos pela ação intensiva das lutas populares, entre 1905 e os anos 60, e concluem: *“esses ciclos de revoltas internacionais foram o verdadeiro motor que promoveu o desenvolvimento das instituições de capital e que o promoveu num processo de reforma e reestruturação ... A formação do Império é uma resposta ao internacionalismo proletário”* (idem, p. 70). E, mais uma vez, acrescentam: *“não há nada de dialético ou teleológico nessa antecipação e prefiguração do desenvolvimento capitalista pelas lutas das massas. Ao contrário, as lutas são, elas próprias, demonstrações da criatividade do desejo, utopias da experiência vivida, obras da historicidade como potência”* (ibidem). Em outro trecho, os autores são ainda mais claros:

“Lutas proletárias constituem – em termos reais, ontológicos – o motor do desenvolvimento capitalista. Elas obrigam o capital a adotar níveis de tecnologia cada vez mais altos, e dessa maneira transformam os processos de trabalho. As lutas forçam o capital continuamente a reformar as relações de produção e transformar as relações de dominação. Da manufatura à indústria em larga escala, do capital financeiro à reestruturação transnacional e à globalização do mercado, são sempre as iniciativas do poder organizado do trabalho que determinam a figura do desenvolvimento capitalista” (idem, p.228).

Esta última afirmação é feita no bojo de uma análise de Marx, afirmando que, *“ao longo dessa história, o lugar de exploração é um sitio dialeticamente determinado. O poder do trabalho é o elemento mais interno, a própria fonte do capital. Ao mesmo tempo, entretanto, o*

poder do trabalho representa o exterior do capital, isto é, o lugar onde o proletariado reconhece seu próprio valor de uso, sua própria autonomia, e onde baseia sua esperança de libertação” (idem, p. 228 e seg.). Não é preciso concordar com o trecho anterior, evidentemente, para reconhecer a correção desta última afirmação. Na verdade, a questão poderia ser melhor apresentada, como faz o próprio Marx, reafirmando a especificidade da mercadoria força-de-trabalho que, subsumida no capital, mantém sua identidade, posto que não se separa do corpo do próprio trabalhador. Assim, a contradição se instala no interior do próprio capital, que não pode existir sem incorporar o trabalho vivo. A questão importante a ser formulada é sobre como essa contradição se manifesta hoje, nas condições da atual reestruturação capitalista, que é, necessariamente, uma reestruturação da relação do trabalho com o capital. É precisamente nesses termos que formulei minha hipótese sobre a subsunção do trabalho intelectual, elemento chave da Terceira Revolução Industrial.

Mas os autores preferem seguir outro caminho, insistindo na metáfora espacial, para mostrar que, na sua opinião, *“o método teórico de Marx, afinado com a tradição das novas críticas da modernidade, ... situado na dialética entre interior e exterior”* (idem, p. 228) já não explicaria a nova situação:

“No pensamento de Marx, a relação entre o interior e o exterior do desenvolvimento capitalista é completamente determinada na perspectiva dual do proletariado, tanto dentro como fora do capital ... No mundo contemporâneo, essa configuração espacial mudou. De um lado, as relações de exploração capitalista estão se ampliando em toda parte, não limitadas à fábrica mas tendendo a ocupar todo o terreno social. De outro, as relações sociais cobrem completamente as relações de produção, tornando impossível qualquer externalidade entre a produção social e a produção econômica. A dialética entre as forças produtivas e o sistema de dominação já não tem um lugar determinado ... De fato, não são atividades produtivas específicas que tendem a ser objeto de exploração e dominação, mas a capacidade universal de produzir, isto é, atividade social abstrata e seu poder inclusivo. Esse trabalho abstrato é uma atividade sem lugar certo, e ainda assim é muito poderoso” (idem, p. 229).

Esta idéia de um não lugar, ou de uma falta de fronteiras que exclui a dialética interior/exterior, perpassa toda a obra. A discussão subsequente sobre “nomadismo, deserção e êxodo” (p. 230 a 234) tem essa marca, assim como a definição do que os autores chamam de “novos bárbaros”, logo em seguida, onde adotam uma perspectiva radicalmente pós-moderna que, em alguns momentos, beira a inconseqüência.¹² Há, no entanto, em meio ao delírio

¹² É o caso, por exemplo, do trecho em que afirmam, mais uma vez, que *“os próprios corpos se transformam e sofrem mutações para criar novos corpos pós-humanos. A primeira condição dessa transformação corpórea é o reconhecimento de que a natureza humana não é, de forma alguma, separada da natureza como um todo, de que não existem fronteiras fixas necessárias entre o homem e o animal, o homem e a máquina, o macho e a fêmea, e assim por diante; é o reconhecimento de que a própria natureza é um terreno artificial aberto a todas as novas mutações e misturas, a todos os novos hibridismos. Nós não apenas subvertemos conscientemente as fronteiras tradicionais, vestindo-nos de drag, por exemplo, como nos movemos numa zona criativa, indeterminada au milieu, no meio e sem consideração por essas fronteiras ... O êxodo antropológico é importante sobretudo porque aqui é onde a face positiva, construtiva, da mutação começa a aparecer: uma mutação ontológica em marcha, a invenção concreta de um primeiro novo lugar no não-lugar ... Certamente precisamos mudar nossos corpos e nós mesmos, e de modo talvez muito mais radical do que os autores cyberpunks imaginam ... A vontade de ser contra precisa, na realidade, de um corpo que seja completamente incapaz de se submeter a um comando ... incapaz de adaptar-se à vida familiar, à disciplina da fábrica, às normas de uma vida sexual tradicional, e assim por diante”* (Negri e Hardt, 2000, p. 235 e seg.). Puro delírio pós-modernista. Nenhuma palavra sobre as biotecnologias e a prometida “revolução

cyberpunk pós-modernista, uma observação que, tomada isoladamente, pode ser entendida de forma mais sensata: “ferramentas sempre funcionaram como próteses humanas, integradas em nossos corpos por práticas de trabalho como uma espécie de mutação antropológica tanto em termos individuais como em termos de vida social coletiva” (idem, p. 237). É verdade: as tecnologias da informação e da comunicação continuam sendo aquilo que as ferramentas sempre foram, nesse sentido. A diferença é que, agora, se trata de extensões do cérebro humano, novas potências de trabalho infinitamente superiores às antigas, que tornam possível uma verdadeira ruptura do sistema de exploração e dominação do capital (Bolaño, 2001).¹³

Estamos falando, portanto, ainda, do problema da subsunção do trabalho no capital. Os autores se referem ao assunto, bem mais adiante, na seqüência de uma retomada do tema da passagem da sociedade disciplinar (sociedade-fábrica) para a de controle, apresentando o mercado mundial como novo paradigma, que aponta para a necessidade de um mecanismo de controle global: Estado Global, como formulado acima, ou Império, como preferem os autores. No item sobre “subordinação real e o mercado mundial”, afirmam: “Marx usa o termo ‘subordinação formal’ para designar processos pelos quais o capital incorpora suas próprias relações de produção práticas de trabalho originadas fora de seus domínios. Os processos de subordinação formal estão, portanto, intrinsecamente ligados à extensão do domínio da produção e dos mercados capitalistas ... Os processos de subordinação real do trabalho no capital não contam com o exterior e não envolvem os mesmos meios de expansão” (idem, p. 276). Insinua-se aqui a adesão, que ficara explicitada no capítulo 3.1. (p. 242 a 259) – onde também se discute Lênin, Kautski e a tese do superimperialismo e a teoria marxista do Estado – às teses sub-consumistas de Rosa Luxemburgo e sua visão sobre os “mercados externos”

O mais interessante, no entanto, para os nossos interesses, é a idéia de que “existem certos processos de subordinação real sem um mercado mundial, mas não pode haver um mercado mundial plenamente realizado sem os processos de subordinação real” (idem, p. 276).¹⁴ A

eugênica a que se refere Rifkin. Os autores se somam, assim, aliás, àqueles que constroem hoje o que este último caracterizou como a “nova cosmologia”, que justifica a forma como o capitalismo está transformando a natureza a partir do desenvolvimento das biotecnologias, que carregam riscos (e o bio-terrorismo é apenas um deles) de catástrofes muito mais importantes do que as da tecnologia nuclear, mesmo quando utilizada para bens pacíficos (Rifkin, 1998).

¹³A conclusão dos autores, no entanto, é algo distinta, ainda que mantenha pontos de contato com o que foi dito. Para eles, referindo-se explicitamente ao trecho, acima citado, em que pensam corrigir Marx, “quando a dialética entre o dentro e o fora chega ao fim, e quando o lugar separado de valor de uso desaparece do terreno imperial, as novas formas da força de trabalho encarregam-se da tarefa de produzir novamente o humano (ou, mais exatamente, o pós-humano). Essa tarefa será cumprida principalmente pelas formas novas e cada vez mais imateriais de poder de trabalho afetivo e intelectual, na comunidade que constituem, na artificialidade que apresentam como projeto” (Negri e Hardt, p. 237). Mais uma vez, a confusão entre economia e política, entre trabalho intelectual e “trabalho afetivo”, a superação da separação entre “o interior definido pelo valor de uso e o exterior do valor de troca” (idem, p. 229), seja lá o que isso queira dizer, só demonstram a inferioridade da alternativa teórica pós-modernista que pretendem contrapor à velha e boa Crítica da Economia Política.

¹⁴ Em outro momento, os autores identificam a passagem do que chamam de subordinação formal a real do trabalho ao capital com a da sociedade disciplinar para a de controle, afirmando que aquela teria sido o reconhecimento de “algo familiar” por parte de Marx, que encontraria também um paralelo nos filósofos da Escola de Frankfurt que “analisaram uma transição estreitamente relacionada da subordinação da cultura (e das relações sociais) à figura totalitária do Estado, ou realmente dentro da perversa dialética do Iluminismo” (idem, p. 44), defendendo, em seguida, a maior correção da solução de Foucault e, com maior ênfase, de Deleuze e Gattari. Trata-se, em termos gerais, de uma forma válida de se encarar o problema, mas que reduz bastante, e desnecessariamente, a importância do conceito marxiano da passagem da subsunção formal à real do trabalho no capital, tal como o entendo, além de não dar a devida importância à contribuição frankfurtiana e a uma sua possível crítica marxista, como a que se poderia extrair, por exemplo, de Bolaño (2000), onde a problemática geral da “industrialização da superestrutura” é posta nos termos da dupla contradição, capital-trabalho, de um lado, economia-cultura, de outro, articulada através

disciplina seria o mecanismo central de transformação das relações sociais de produção, que permitira a realização do mercado mundial ou, pelo menos, a administração das margens de lucro em escala mundial, o que não poderia ser explicado por fatores financeiros ou monetários. Eu diria econômicos. Esses são os fatores cujo bom equacionamento ajudaria a elevar a qualidade explicativa do livro de Negri e Hardt. A problemática do Estado é, nesse contexto, assim explicitada: *“quando uma nova realidade social se forma, integrando o desenvolvimento de capital e a proletarianização da população num único processo, a atitude política de comando deve ser modificada e articulada de forma adequada ao processo, um quase-Estado global do regime disciplinar”* (idem, p. 276)¹⁵

Correto. É exatamente o que está posto no início deste artigo, salvo que, lá, não se misturam as determinações do capital, com as do Estado capitalista, mesmo porque há contradição entre esses dois elementos, ao mesmo tempo em que o próprio capital, no concreto, é constituído de uma multiplicidade de capitais individuais, cuja coerência não pode ser dada em si, mas depende da ação de uma força extra-econômica que recupere, concretamente, os interesses do capital em geral, superiores, logicamente, aos dos capitais individuais em concorrência. Para não falarmos da multiplicidade dos estados nacionais que compõem o Império. A própria relação entre cada uma dessas instâncias de poder e o mundo da vida é complexa e mediada por certas instituições, estatais ou de mercado. Além disso, toda a estrutura deve sustentar-se em alguma forma de aceitação por parte das massas e é isso que explicam, cada um a seu modo, os frankfurtianos, Foucault, a Economia Política da Comunicação ou os autores em exame.¹⁶

do conceito de trabalho cultural, que amplio posteriormente (vide, por exemplo, Bolaño 2001) para considerar o conjunto do trabalho intelectual.

¹⁵ Os autores esclarecem a sua posição em relação à teoria do Estado no item sobre “os volumes que faltam ao Capital” (p. 254 a 257). O trecho é muito ilustrativo do conjunto da sua proposição teórica: *“as características constitucionais do Estado-nação eram, na opinião de Marx, condicionadas pela diferença nas taxas de lucro nas diferentes economias nacionais, e pelas diferenças nos regimes de exploração – em resumo, por superdeterminações estatais particulares dos processos de valorização nos diferentes sítios nacionais de desenvolvimento. O Estado-nação era uma organização singular do limite. Nessas condições, uma teoria geral do Estado só poderia ser aleatória e concebida nos termos mais abstratos. As dificuldades de Marx para escrever os volumes do Capital sobre o Estado e o mercado mundial estavam, portanto, fundamentalmente ligadas: o volume sobre o estado não poderia ser escrito enquanto o mercado mundial não se realizasse ... Uma teoria do Estado só pode ser escrita quando todas essas barreiras fixas forem superadas e quando o Estado e o capital coincidirem de fato ... Hoje é, talvez, finalmente possível (se ainda se sente a necessidade) esboçar os dois volumes de Marx que faltam; ou melhor, seguindo o espírito do seu método e reunindo as suas percepções sobre o estado e o mercado mundial, pode-se tentar escrever uma crítica revolucionária do Império, [onde, ademais,] ... a luta de classes age sem limite na organização do poder. Tendo alcançado nível global, o desenvolvimento capitalista está face a face com a multidão, sem mediação. Por esse motivo, a dialética, ou melhor, a ciência do limite e sua organização, se evapora ... Capital e trabalho se opõem num antagonismo direto. Essa é a condição fundamental de toda teoria política do comunismo”* (Negri e Hardt, p. 255 e segs.). Sobre a teoria marxista do Estado, vide Bolaño (s/d, 2001 c).

¹⁶ No caso destes últimos, *“as intuições de Marx sobre os processos de subordinação real não nos fornecem a chave de que precisamos. A transição da subordinação formal para a subordinação real precisa ser explicada por meio das práticas de forças subjetivas em atividade ... A globalização dos mercados, longe de ser simplesmente o fruto abominável da organização capitalista, foi, na realidade, o resultado dos desejos e demandas da força de trabalho taylorista, fordiana e disciplinada no mundo inteiro ... Nesse sentido, os processos de subordinação formal previram e levaram à maturidade a subordinação real, não porque esta última fosse produto da primeira (como o próprio Marx parecia acreditar), mas porque, na primeira, estavam construídas as condições de libertação e luta que só a última poderia controlar. Os movimentos de subjetividades interessadas forçaram o desenvolvimento a continuar – e proclamaram que seria impossível voltar atrás. Em resposta a esses movimentos nos países dominantes, tanto quanto nos subordinados, uma nova forma de controle teve de ser proposta para estabelecer o comando sobre o que já não era controlável em termos disciplinares”* (idem, p. 276 e seg.).

Pós-modernismo, Islã e o futuro do capitalismo

Tomado em seu conjunto, o livro de Negri e Hardt tem o inegável mérito de propor duas questões cruciais para se entender o capitalismo contemporâneo: o próprio conceito de Império, em primeiro lugar, cuja constituição analisam de forma extremamente interessante, em especial no que se refere aos aspectos ligados ao direito, mas também no que chamam de biopoder, ligado, em segundo, ao problema da posição do fator subjetivo no processo de reestruturação capitalista. O interesse da posição dos autores, como aponte na nota 4, reside não apenas na ênfase sobre o trabalho intelectual, mas também na tentativa de incorporação do elemento relacional-afetivo da ação revolucionária. Minha discordância a respeito, apresentada acima, está na forma em que é feita essa incorporação, confundindo os campos político, econômico e simbólico numa espécie de não-lugar situado em algum tipo de fim da História¹⁷, consequência da sua filiação pós-modernista ao projeto humanista spinoziano.

Na verdade, os autores partem de uma crítica ao pós-modernismo (e a certas teorias pós-colonialistas), perguntando, *“em resumo: e se um novo paradigma de poder, uma soberania pós-moderna, tiver substituído o paradigma moderno e estiver exercendo o seu domínio por meio de hierarquias diferenciais das subjetividades híbridas e fragmentárias que essas teorias celebram? Nesse caso, formas modernas de soberania não mais estariam em questão, e estratégias pós-modernistas e pós-colonialistas, que parecem libertadoras, em vez de desafiar as novas estratégias de domínio coincidiriam com elas, até reforçando-as involuntariamente!”* (Negri e Hardt, p. 156). Assim, *“por melhores que sejam suas intenções, portanto, a política pós-modernista de diferença não só é ineficaz contra as funções e práticas da autoridade imperial como pode até coincidir com elas e apóia-las”* (idem, p. 160).

Chegam a identificar, corretamente, a coerência do referencial conceitual pós-modernista com a ideologia do capital corporativo e do mercado mundial: *“a ideologia do mercado mundial sempre foi o discurso antifundacional e antiessencialista por excelência. Circulação, mobilidade, diversidade e mistura são as condições que a tornam possível. O comércio junta as diferenças, e quanto mais, melhor! As diferenças (de mercadorias, de populações, de culturas e assim por diante) parecem multiplicar-se indefinidamente no mercado mundial, que não ataca nada com tanta violência como as fronteiras fixas: ele esmaga qualquer divisão binária com suas infinitas multiplicidades”* (idem, p. 168). Por isso não se surpreendem com o fato de que *“o pensamento pós-modernista e seus conceitos centrais tenham florescido nos vários campos de prática e teoria próprios do capital, como marketing, organização gerencial e organização da produção. O pós-modernismo é, com efeito, a lógica de operação do capital global”* (idem, p. 169).

Por vezes, a incorporação crítica do pós-modernismo de esquerda parece ter um caráter estratégico para os autores, como quando, por exemplo, citam o seguinte trecho de Jameson: *“eu às vezes me canso como qualquer um do slogan ‘pós-moderno’, mas quando sou tentado a me arrepender da minha cumplicidade com ele, a lamentar seu mau uso e sua notoriedade, e a concluir com relutância que ele levanta mais problemas do que resolve, paro um pouco para pensar se existe outro conceito que possa dramatizar os problemas com a mesma eficácia e*

¹⁷ *“a era dos grandes conflitos acabou: o poder soberano já não confrontará seu Outro, já não se oporá a seu exterior, e em vez disso expandirá progressivamente suas fronteiras para envolver todo o globo como seu domínio próprio. A história das guerras imperialistas, interimperialistas e antiimperialistas acabou. O fim dessa história introduziu um reino de paz. Ou, mais exatamente, entramos na era dos conflitos menores e internos. Toda guerra imperial é uma guerra civil, uma ação policial – de Los Angeles e Granada a Mogadíscio e Sarajevo ... Em nossos termos, o fim da História a que Fukuyama se refere é o fim da crise no centro da modernidade ... [que] deu origem a uma proliferação de crises menores e indefinidas, ou, como preferimos, a uma onicrise”* (Negri e Hardt, 2000, p. 209).

economia” (apud Negri e Hardt, 2000, p. 475). Assim, no que segue, deixarei de lado o acessório e concentrarei minha crítica no essencial. Não é meu objetivo aqui discutir o pós-modernismo.¹⁸ A crítica de Negri e Hardt ao pensamento pós-moderno é sem dúvida justa, mas permanece presa aos parâmetros do pós-modernismo, cujos “aspectos positivos” (basicamente a crítica ao Iluminismo) os autores apressam-se em apontar, não sem propô-la como

“um desafio não ao Iluminismo nem à modernidade in toto, mas especificamente à tradição da soberania moderna. Para ser ainda mais exato, essas diversas contestações são reunidas com mais coerência num desafio à dialética como a lógica central da dominação, da exclusão e do comando modernos – pela subsequente submissão dessas diferenças numa ordem unitária. Se o poder moderno é, em si, dialético, então pela lógica o projeto pós-modernista tem de ser não-dialético. Reconhecidos os discursos pós-modernistas como um ataque à forma dialética da soberania, podemos ver com maior clareza que eles contestam sistemas de dominação como o racismo e o sexismo pela desconstrução de fronteiras que mantêm hierarquias entre brancos e negros, masculino e feminino e assim por diante. É assim que pós-modernistas concebem sua prática teórica como herdeira de todo um espectro de lutas de libertação modernas e contemporâneas” (idem, p. 158 e seg.).

É esta visão do problema que lhes permite identificar pós-modernismo e fundamentalismo. É interessante reproduzir o último parágrafo do primeiro capítulo do livro, onde os autores comparam a situação atual com o período de surgimento e expansão do cristianismo na Europa durante o declínio do Império Romano:

“Nesse processo, um enorme potencial de subjetividade foi construído e consolidado em termos de profecia do mundo que viria, um projeto quiliástico. Essa nova subjetividade ofereceu uma alternativa absoluta ao espírito do direito imperial – uma nova base ontológica. Deste ponto de vista, o Império foi aceito como ‘a maturidade da época’ e a unidade da civilização existente, mas foi desafiado em sua totalidade por um eixo ético e ontológico completamente diferente. Da mesma forma hoje, dado que os limites de problemas insolúveis do novo direito imperial estão estabelecidos, a teoria e a prática podem ir além deles, e encontrar outra vez uma base ontológica de antagonismo – dentro do Império, mas também contra o Império e além dele, no mesmo nível de totalidade” (idem, p. 38 e seg.).

Salta à mente, na leitura desse trecho, a pergunta sobre o atual “choque de civilizações”, como diriam alguns, e, muito especialmente, sobre o Islã. Esta não é, entretanto, como sabemos, a solução dos autores que, fugindo da utopia, pensam a profecia, no sentido spinoziano acima apontado, como elemento para a construção, de forma não mediada e não dialética, de uma alternativa ao Império baseada nos poderes imanentes da multidão. Claro que, na medida em que o Império não tem fronteiras, toda a massa humana que constitui o mundo islâmico deve estar incluída nessa multidão. Mas os autores não dão maior importância ao tema, preferindo fazer

¹⁸ Já tive a oportunidade, em outra ocasião, de esboçar uma crítica ao trabalho principal de Lyotard (1979), no bojo de um projeto teórico mais amplo, com base no qual seria possível fazer uma crítica geral ao pensamento pós-moderno (Bolaño, 2000, cap. 1).

aquelas digressões sobre o pós-humano e outros temas mais tradicionalmente vinculados ao pensamento pós-moderno.

A única referência, mais próxima, é ao tema do fundamentalismo, entendido como uma das manifestações da transição ao Império, que se aproximaria do pós-modernismo. Os autores começam por caracterizar todos os fundamentalismos, citando especialmente o islâmico e o cristão dos EUA, não como recriação de um mundo pré-moderno que na realidade nunca existiu na forma mítica em que é reivindicado pelos próprios fundamentalistas, “*mas como um poderoso repúdio à transição histórica contemporânea em curso*” (Negri e Hardt, p. 164), repúdio à modernidade e à modernização que, embora contraponha ao dinamismo secular daquela, uma utopia de sociedade estática e religiosa, parecendo “*engajados num esforço para reverter o processo de modernização social, separar-se do fluxo da modernidade, e recriar um mundo pré-moderno*” (idem, p. 165), poderia ser melhor compreendido “*não como um projeto pré-moderno mas pós-moderno ... em sua recusa da modernidade como arma da hegemonia euro-americana – e nesse sentido o fundamentalismo islâmico é, sem dúvida, o caso paradigmático. No contexto das tradições islâmicas, o fundamentalismo é pós-moderno na medida em que rejeita a tradição do modernismo islâmico para o qual a modernidade foi sempre codificada como assimilação da hegemonia euro-americana ou submissão a ela*” (idem, p. 167).

Para os autores “*o fundamentalismo islâmico é um tipo paradoxal de teoria pós-modernista – pós-moderna apenas porque vem cronologicamente depois do modernismo islâmico e a ele se opõe*” (ibidem). E, mais: “*esse casamento de pós-modernismo e fundamentalismo é certamente um arranjo estranho, considerando-se que os discursos pós-modernista e fundamentalista se colocam, na maioria dos casos, em oposição polar: hibridismo versus pureza, diferença versus identidade, mobilidade versus estase*” (ibidem). O que uniria então fundamentalismo e pós-modernismo? O fato de serem respostas à mesma situação, surgidas “*apenas em pólos opostos da hierarquia global, de acordo com uma notável distribuição geográfica. Simplificando um bocado, pode-se sustentar que os discursos pós-modernistas têm apelo basicamente para os vitoriosos no processo de globalização, e os discursos fundamentalistas para os perdedores. Em outras palavras, as atuais tendências globais da mobilidade, indeterminação e hibridismo cada vez maiores são vividas por alguns como uma espécie de libertação, e por outros como uma exacerbação do sofrimento*” (idem, p. 168).

Se for assim, podemos concluir que toda resistência é pós-moderna por definição, visto que se situa, em qualquer caso, no interior do Império, definido, como vimos, como um poder global que não distingue tempo e espaço fora de si mesmo. E, mais, toda essa resistência se iguala, nesse sentido, ao funcionamento do mercado global (alguns de cujos conceitos e sua identificação com as noções dos pós-modernistas os autores apresentam, de forma rápida e um tanto ingênua, nas páginas 169 a 172). Sociologicamente, é isso que permite, do lado rico, a utilização, pela esquerda americana, de um autor, digamos, seguindo Negri e Hardt, “*iconoclasta*”, como o parisiense Jean Baudrillard na discussão sobre estética e vida social nos salões da nova esfera pública global onde se constrói o discurso pós-modernista.

Os autores reconhecem implicitamente o problema quando, localizando o “*sítio básico de aplicação*” do discurso pós-modernista em “*um segmento de elite da intelligentsia americana*” e a “*teoria pós-colonialista que compartilha certas tendências pós-modernistas ... num círculo cosmopolita que se move entre metrópoles e grandes universidades da Europa e dos Estados Unidos*” (idem, p. 172), procuram justificar a visão daqueles que, excluídos, não chegam a entender esses discursos “*genuinamente progressistas e libertadores*”:

“*o desafio epistemológico pós-modernista ao ‘Iluminismo’ – seu ataque às narrativas-mestras e sua crítica da verdade – também perde sua aura libertadora quando transposto para fora das camadas da elite intelectual da Europa e dos*

Estados Unidos ... No contexto de terror e mistificação do Estado, agarrar-se à primazia do conceito de verdade pode ser uma forma poderosa e necessária de resistência ... A verdade é que certo general ordenou a tortura e o assassinato desse líder sindical, e certo coronel comandou o massacre daquela aldeia. Tornar públicas essas verdades é um projeto iluminista exemplar de política modernista, e a crítica dele nesses contextos só pode servir para ajudar os poderes de mistificação e repressão do regime atacado. Em nosso atual mundo imperial, o potencial libertador dos discursos pós-modernista e pós-colonialista que descrevemos apenas reflete a situação de uma população de elite que desfruta de certos direitos, certo nível de riqueza e certa posição na hierarquia global” (idem, p. 173 e seg.)

Isto quer dizer que essa população de elite está imune à mistificação? Não haveria, para ela, verdade a ser esclarecida, mas apenas para os “outros”, cuja situação de miséria – obrigados que foram a migrar maciçamente de um lado para outro – não lhes permite entender o significado libertador que tem a mobilidade? Entre estes estarão seguramente os que se entregam ao sonho utópico da estabilidade fundamentalista, muitos dispostos até mesmo a sacrificar com prazer a própria vida em atentados terroristas contra o Império, mesmo depois de haver desfrutado por anos das maravilhas do mundo do consumo e da cidadania ocidentais.

É interessante comparar, neste ponto, a posição de Negri e Hardt com alguns elementos da análise de Robert Kurz, o qual concebe a idéia de Império e de “novos bárbaros” em termos mais pedestres: *“quase poder-se-ia evocar a imagem do Império Romano decadente, com suas fronteiras orientais e setentrionais inundadas pelos invasores bárbaros, para descrever a situação no Rio Grande (fronteira meridional dos EUA) ou nos rios Oder e Danúbio (fronteira oriental da Comunidade Européia), para não falar das regiões de crise na Ásia, no Oriente Próximo e na África”* (Kurz, 1991, p. 201).

É bom explicitar desde já a divergência central entre Kurz e nossos autores, comparando a idéia destes, em trecho acima citado, de que *“não são atividades produtivas específicas que tendem a ser objeto de exploração e dominação, mas a capacidade universal de produzir, isto é, atividade social abstrata e seu poder inclusivo”*, um *“trabalho abstrato”*, visto como *“atividade sem lugar certo”* e, ainda assim, *“muito poderoso”*, utilizada para defender, nos seus termos, a centralidade do trabalho, com a conhecida crítica do primeiro, não simplesmente ao trabalho abstrato, no sentido de Marx, o que seria perfeitamente justo, mas ao trabalho, tomado *“abstratamente”* como *“essência supra-histórica do homem como tal”* (Kurz, 1991, p. 21 e seg.). A posição é diametralmente oposta à de Negri e Hardt no que se refere à posição do sujeito, à centralidade do trabalho e outros temas cruciais. E, no entanto, acaba concordando em um aspecto fundamental, que se explicita claramente na visão de Kurz sobre os atentados terroristas ao *World Trade Center*.

Nas páginas 180 e 181 de seu livro de 91, Kurz faz uma. visão do Islã que parece mais realista que a de Negri e Hardt. Entre outras coisas, afirma: *“mas mesmo que o fundamentalismo tenha traços bárbaros, estes não são mais bárbaros do que aquilo que os senhores ‘civilizados’ das instituições financeiras internacionais exigem da humanidade”* (idem, p. 181), posição que o autor retoma e desenvolve no artigo de 2001 sobre os atentados de Nova Iorque, chegando à conclusão de que *“como o núcleo irracional de sua ideologia é tal e qual o do fundamentalismo islâmico, o capitalismo nada mais pode que conchamar a uma cruzada, à ‘guerra santa’ da ‘civilização’ ocidental”* (Kurz, 2001, p. 15).¹⁹

¹⁹ O que, diga-se de passagem, não é bem verdade., pois todo o esforço da máquina de propaganda ocidental tem sido no sentido de isolar o fenômeno do terrorismo, apontando, às vezes de forma exagerada e ridícula, o caráter

Naquela ocasião, o autor via “*a ideologia secundária islâmica*” como “*apenas uma formação regressiva e reativa, incapaz de legitimar alguma socialização alternativa no nível do desenvolvimento moderno da força produtiva*” (Kurz, 1991, p. 181). Hoje, a formulação é distinta e a concordância na caracterização do fenômeno como pós-moderno, além da idéia da inexistência de um lugar externo ao Império, revelam um inesperado ponto de contato: “*não há mais, na verdade, nenhum território exótico oriental que se possa conceber como estrangeiro e externo ... Os príncipes do terror, protagonistas de guerras santas e milícias formadas de clãs, não são ... de modo nenhum meras forças instrumentalizadas fora do Ocidente ... As suas condições psíquicas não são ‘medievais’, e sim pós-modernas*” (Kurz, 2001, p. 14 e seg.).

Um dos cenários imagináveis, entre outros, em decorrência dos atentados de 11 de setembro de 2001, um dos momentos mais graves no processo de construção do Império, é aquele decorrente da possibilidade de que a chamada “guerra contra o terrorismo” venha a cumprir o papel saneador que as duas grandes guerras imperialistas do século XX cumpriram, abrindo as portas para uma futura expansão capitalista de grande amplitude, na medida em que muitos dos elementos chave para uma saída da crise já estão dados há algum tempo e à idéia de um colapso iminente do capitalismo poderíamos contrapor muitos e sérios argumentos indicando a possibilidade de uma saída da crise, desde que o imbróglio financeiro global seja resolvido (Bolaño 2001 b). Kurz apressa-se, no entanto, em negar essa possibilidade: “*o terror não representa nenhum império opositor externo, com status de Estado e economia de guerra. Ele é a própria nêmesis interior do capital globalizado. Por isso não pode provocar um novo boom armamentista ... Dessa pseudo-guerra movida contra os demônios da crise mundial que o próprio capitalismo apresentou não sairá fonte de alimento de que o capitalismo possa se amamentar para sobreviver*” (Kurz, 2001, p. 15).

O sentido fatalista e profético de Kurz transparece com toda clareza nessa curta expressão. Como todas as respostas estão dadas a priori, de nada adiantaria argumentarmos que, por exemplo, no caso da guerra ter novos e espetaculares desdobramentos, os gastos com reconstrução poderão somar-se àqueles com armamento (leve e pesado) e equipamentos de inteligência e segurança, além de, com a nova legitimidade conquistada pelo governo Bush, abrir-se a possibilidade concreta de apoio ao projeto de guerra nas estrelas e a investimentos em pesquisa sobre armas químicas e biológicas (ainda que em caráter defensivo). De fato, o primeiro resultado dos atentados no plano da política econômica foi o de abrir os cofres norte-americanos para uma ampla política anti-recessiva, centrada num aumento do gasto público inusitado para um governo republicano.²⁰ Não seria estranho imaginar que um eventual efeito anti-cíclico de um

sacrossanto da religião muçulmana e sua condenação à morte de inocentes, ao mesmo tempo em que a estratégia diplomática dos EUA e seus aliados vai justamente no sentido de buscar o apoio do maior número possível de estados muçulmanos, evitando o termo “cruzada”. O deslize cometido por Bush, utilizando o termo no dia seguinte aos atentados, não é diferente, nesse sentido, daquele do premiê Silvio Berlusconi que, ao falar na pretensa superioridade da democracia ocidental sobre o mundo islâmico foi imediata e universalmente contestado, passando o fato para a história como mais uma anedota na vida do folclórico político italiano. O próprio nome da operação militar foi prontamente modificado, assim que se percebeu a ofensiva prepotência da expressão “justiça infinita” aos olhos dos fiéis muçulmanos (nada diferentes, a respeito, diga-se de passagem, aos dos cristãos que, como os judeus, acreditam num mesmo Deus, muito distinto daquele a que a banca internacional nos sacrifica). Mas boa parte da “multidão” nos países muçulmanos certamente verá a iniciativa como uma cruzada, causando não poucos constrangimentos para os seus governantes, ansiosos – cada um à sua maneira e com objetivos específicos – em barganhar com os EUA e a aliança ocidental. Em todo caso, é inquestionável a existência de um conflito civilizacional, incompreensível tanto para Kurz como, principalmente, para Negri e Hardt.

²⁰ Assim, menos de 20 dias após os atentados, o governo americano já destinou, através de um pacote emergencial aprovado pelo Congresso, US\$ 15 bilhões para ajudar as companhias aéreas e outros US\$ 40 bilhões para outras operações de salvamento e ajuda a setores afetados pela crise, metade dos quais para a cidade de Nova Iorque. Fala-se ainda em um novo pacote de mais US\$ 60 bilhões. Só as companhias aéreas pedem outros US\$ 10 bilhões,

conjunto de medidas como essas pudesse engatar numa estratégia concertada de saída da crise longa, através, por exemplo, de um tratamento político global para o problema financeiro e da dívida dos países do chamado Terceiro Mundo – entre os quais, o Paquistão já se viu beneficiado nos dias seguintes aos atentados –, o que também pode ver-se facilitado pelo necessário diálogo internacional que uma estratégia policial-militar de combate mundial e de longo prazo ao terrorismo, como se pretende, exigirá²¹

Nesse sentido, no momento mesmo em que se instalava, pela primeira vez desde o início da crise, uma recessão global, o ataque terrorista pode ter vindo justamente para, em nome de Alá, acelerar a espiral recessionista e o processo de destruição criadora; estimular os gastos armamentistas sem os inconvenientes diplomáticos da tentativa de retomada do velho projeto Guerra nas Estrelas nos primeiros meses da administração Bush e, com isso, estimular a demanda efetiva de modo a compensar o desastre que se abaterá no curto prazo sobre o investimento e o consumo; facilitar a construção de um consenso político e militar sob o comando dos EUA, contra um inimigo invisível e, conseqüentemente, contra qualquer um, reforçando as bases da hegemonia norte-americana sobre os seus aliados. Tudo isto num ambiente interno de apoio patriota massivo ao esforço de guerra, garantindo a legitimidade arranhada de George W. Bush pelo fiasco das eleições indiretas deste ano para a Casa Branca. É claro que a realidade concreta é extremamente complexa e este cenário, digamos, otimista (para alguns) não se cumpriria, em todos os casos, de forma tranqüila, podendo inclusive ser ultrapassado por outros que não cabe analisar agora.²²

enquanto o setor das agências de viagens reivindica US\$ 4 bilhões para evitar demissões. O Departamento de Defesa quer aumentar em US\$ 17 bilhões o seu orçamento. Outros US\$ 1,3 bilhões estão planejados para engrossar o orçamento para o combate ao terrorismo com armas químicas e biológicas. Tudo isto, ao lado de outras medidas como a continuação da política de redução dos juros por parte do FED (dia 1/10/01 foi anunciada a nona queda do ano, atingindo-se o patamar histórico de 2,5% a.m), que busca uma operação integrada, nesse sentido, com os demais bancos centrais dos países do G7, ao mesmo tempo em que injeta mais US\$ 100 bilhões para aumentar a liquidez bancária. Inúmeros outros projetos, como o do deputado republicano Don Young, que concede US\$ 71 bilhões de incentivos fiscais, empréstimos subsidiados e garantias de empréstimos para a construção de uma rede de trens de alta velocidade, ou do senador democrata Ted Kennedy, de aumento de US\$ 8 bilhões nos gastos com seguro desemprego e US\$ 20 bilhões para manutenção dos seguros de saúde das pessoas que perderam o emprego, ou ainda os vários projetos de corte de impostos, estão em tramitação neste momento (Folha de São Paulo, 30/9/2001, caderno B).

²¹ Não digo que seja essa a tendência mais provável, sobretudo no que se refere ao Brasil e à América Latina. De fato, o que se observa no momento é o abandono deste sub-continente por parte da diplomacia norte-americana. Assim, as não tão antigas declarações de amor ao México por parte do presidente George W. Bush foram esquecidas por quase um mês de afagos à Grã Bretanha, cujo primeiro ministro, o trabalhista Tony Blair, se transformou na segunda voz do Império norte-americano, lançado à arena diplomática internacional para ajudar a costurar o apoio à iniciativa contra o terrorismo. Só no dia dois de outubro o presidente norte-americano pode encontrar-se com seu colega Fox, do México, o que não é estranho, tendo em vista, por exemplo, a atuação dos EUA, ao contrário de toda a América Latina, na Guerra da Malvinas. No mesmo sentido, ficou esquecida a crise do Brasil e, principalmente da Argentina, países que possuem as duas moedas aparentemente mais afetadas pela recessão mundial (em boa medida pelo fato de terem seguido mais à risca, ao contrário, por exemplo, do Paquistão, as determinações da política imperial no período, ainda não superado, do neo-liberalismo) e que agora são deixados à própria sorte, enquanto todas as atenções se voltam para os países árabes. A inédita fissura nas relações entre EUA e Israel, os interesses que vêm pautando a posição da Rússia no episódio, para não falarmos na Índia ou na China, mostram que o jogo de xadrez internacional é bem mais complexo do que se possa imaginar.

²² Assim, por exemplo, se, ao caráter de “capitalismo administrado” que mantém o Império e que vem impedindo que a crise cumpra o seu papel saneador até as últimas conseqüências (o que, claro, poderia ser totalmente catastrófico), somarem-se uma correlação de forças internacionais e uma interpretação do problema das economias nacionais como a que prevaleceu nas duas últimas décadas, é bem provável que a recessão siga-se uma espécie de recuperação que preserve o caráter excludente do atual modelo de desenvolvimento, o que só poderá levar a uma espiral ascendente de violência, reforço do poder de polícia, exclusão e terrorismo, o que reforça a argumentação de Kurz. Se o poder da

A questão que se coloca neste ponto é a da correção ou não da perspectiva política de Negri e Hardt a respeito do Império. E aqui é preciso separar duas coisas: de um lado, a análise da própria constituição do Império nos seus aspectos jurídico, político e militar. Nesse sentido, me parece que a leitura do livro é extremamente instigante, pois, de fato, salvo basicamente pela insistência dos autores em desconsiderar as contradições entre o Estado Global e os estados nacionais, nos fornece uma descrição bastante acurada dos mecanismos da nova ordem internacional, da hegemonia norte-americana no seu interior, do caráter policial da nova forma de dominação, da existência, como aponta também, com mais insistência, Kurz, de uma guerra civil mundial etc. Por outro lado, no entanto, vimos que a sua interpretação do dito conflito civilizacional padece de excesso de ideologia pós-modernista, que dificulta, como também a Kurz, a compreensão do Islã como alternativa de fato ao capitalismo ocidental. Mas, se a solução kurziana, ao final do livro citado, de uma “consciência sensível”, depois de negar a centralidade do trabalho e da classe trabalhadora, é francamente pobre, a de Negri e Hardt mostra-se, mesmo em seus equívocos, mais complexa e interessante.

De fato, se os autores não logram perceber o caráter alternativo geral do islamismo é porque, no fundo, se negam a aceitar uma alternativa que não seja progressista ao capitalismo. Nesse sentido, sua preocupação é semelhante à nossa: buscar os elementos internos de contradição do próprio capitalismo, capazes de apontar para um projeto de sociedade diferente. Minha insistência, numa perspectiva marxiana, na questão da subsunção do trabalho intelectual e seus limites e na extensão do processo de socialização da produção na chamada economia do conhecimento (Bolaño, 2001, 2001 b), se deixarmos de lado as diferenças em relação ao marco teórico geral, suficientemente explicitadas acima, não exclui a necessidade de incorporar a problemática da subjetividade e do afeto, sobre as quais os autores têm a dizer bastante mais do que foi possível exprimir neste artigo. Contra a alternativa terrorista de Nova Iorque é preciso construir aquela de Seattle e de Porto Alegre, por mais difícil que isso possa parecer.

Bibliografia

- BARBERO, J. M. (1987). *Dos meios às mediações*. Ed. UFRJ. Rio de Janeiro, 1997.
- BOLAÑO, C. (1995): *Economía Política, Globalización y Comunicación*. Nueva Sociedad, nº 140, Caracas.
- _____. (1997). *La Génesis de la Esfera Pública Global*. Nueva Sociedad, 147, Caracas.
- _____. (1997 b). *A Convergência Informática/ Telecomunicações/Audiovisual*. Revista Praga, 4, São Paulo.
- _____. (2000). *Indústria Cultural, Informação e Capitalismo*. Hucitec, São Paulo.
- _____. (2000 b). *Sociedade da Informação: reestruturação capitalista e esfera pública global*. Estudos de Sociologia, ano 5, n. 8. UNESP, Araraquara.
- _____. (2001). *Trabalho Intelectual, Comunicação e Capitalismo: a re-configuração do fator subjetivo na atual reestruturação produtiva*. CD-Rom do VI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP). São Paulo, 12 a 16 de junho.

“multidão”, por outro lado, for tão decisivo como pensam Negri e Hardt, podemos alimentar o otimismo ao constatar, como apontam as pesquisas que vêm sendo divulgadas pela mídia, que a opinião pública internacional quer a paz e a prosperidade. Em todo caso, não posso resistir em fechar este artigo com o trecho de William Morris que nossos autores apresentam em epígrafe, na abertura do livro: “os homens entram em batalhas e perdem, e aquilo pelo que lutaram torna-se realidade apesar da derrota, e então acaba não sendo o que eles pensavam que fosse, e outros homens têm de lutar pelo que desejam, dando-lhe outro nome” (apud Negri e Hardt, p. 5).

- _____ (2001 b). *Economia Política e Conhecimento: alguns elementos teóricos para o estudo do desenvolvimento das biotecnologias*. Aracaju, mimeo.
- _____ (2001 c). *Da derivação à regulação: para uma abordagem da Indústria Cultural*. In SILVA, N. P. e HANSEN, D. L. (2001). *Economia Regional e outros ensaios*. Ed. UFS, Aracaju.
- _____ (s/d). *Dois teses sobre a teoria marxista do Estado*. DEE/UFS, Aracaju, mimeo.
- BOLAÑO, C. e MASTRINI, G. (2001). *Economia Política da Comunicação: uma contribuição marxista para a constituição do campo comunicacional*. Apresentado ao V CELACOM, UESP, São Bernardo, SP
- BOLAÑO, C., MASTRINI, G. e HERSCOVICI, A. (1999). *Economía política de la comunicación y la cultura: una presentación*. In BOLAÑO, C. R. S. y MASTRINI, G. (ed). *Globalización y Monopolios en la Comunicación en América Latina*, Ed. Biblos, Buenos Aires.
- EAGLETON, T. (1985). *Capitalism, Modernism and Postmodernism*. *New Left Review*, 152, jul.-ago.
- FAUSTO, R. (1983). *Marx: lógica e política*. Brasiliense, São Paulo.
- HABERMAS, J. (1961). *Mudança Estrutural da Esfera Pública: Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1984.
- _____ (1981). *Teoría de la Acción Comunicativa*. Taurus, Madrid, 1987, 2 vol.
- HARVEY, D. (1989). *The condition of Posmodernity*. Brasil Blackwell, Cambridge U.P.
- KURZ, R. (1991). *O Colapso da Modernização*, Paz e Terra, São Paulo, 1993.
- _____ (2001). *O ímpeto suicida do capitalismo*. FSP, 30/9/01 – Caderno Mais.
- LÉVY, P. (1994). *A Inteligência Coletiva*. S. Paulo, Loyola, 1998.
- LYOTARD, J. F. (1979). *O pós-moderno*. José Olímpio, Rio de Janeiro, 1988.
- NEGRI, A. e HARTDT, M. (2000). *Império*. E. Record, São Paulo, 2001.
- ORTIZ, R. (1994): *Mundialização e Cultura*. Brasiliense, São Paulo.
- POULANTZAS, N. (1978). *O Estado, o poder, o socialismo*. Graal, Rio de Janeiro, 1981.
- RIFKIN, J. (1998). *O Século da Biotecnologia*. Mkron Books, São Paulo, 1999.
- SOHN-RETHEL, A. (1989). *Trabalho Espiritual e Corporal Para a Epistemologia da História Ocidental*. UFPB/CCSA, Mestrado em Economia, 1995.